

JUCESP  
07 04 10

JUCESP PROTOCOLO  
0.312.477/16-8



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA COM GARANTIA ADICIONAL  
FIDEJUSSÓRIA, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS  
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO  
S.A.**

**ENTRE**

**CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.,**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,**

**INTERVENIENTES GARANTIDORES**

**E**

**INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK**

**31 DE MARÇO DE 2016**



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number '1'.

2 PL m 2 H O

DUCE SP  
07 04 16

Butantã, CEP 05501-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.143.462/0001-11, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("OTP" e, em conjunto com CCR, Mitsui, Montgomery e RuasInvest, os "Intervenientes Garantidores", em conjunto com a Emissora e o Agente Fiduciário, as "Partes" ou, quando referidas individualmente, "Parte");

e, como interveniente,

**INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK**, organização internacional constituída por convenção internacional firmada por seus respectivos países membros, com sede em 1300 New York, N.W., Washington, D.C., Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.389.228/0001-76, neste ato devidamente representada por seus representantes legais abaixo assinados ("Credor Sênior" ou "IDB");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora ("RCA da Emissora") e na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("AGE da Emissora"), ambas realizadas em 30 de março de 2016. A prestação de fiança pela CCR foi deliberada pela Reunião do Conselho de Administração da CCR, realizada em 30 de março de 2016 ("RCA da CCR"). A celebração dessa Escritura e a contratação de carta de fiança bancária pela Montgomery foi deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da Montgomery, realizada em 28 de março de 2016 ("AGE da Montgomery"). A celebração dessa Escritura e a contratação de carta de fiança bancária pela RuasInvest foi deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da RuasInvest, realizada em 30 de março de 2016 ("AGE da RuasInvest"). A celebração dessa Escritura e a contratação de carta de fiança bancária pela OTP foi deliberada pela Reunião do Conselho de Administração da OTP, realizada em 28 de março de 2016 ("RCA da OTP"). A celebração desta Escritura e a prestação de garantia pessoal pela Mitsui foram aprovadas nos termos da legislação japonesa, por meio da tomada de decisão interna no dia 4 de junho de 2014 ("Tomada de Decisão da Mitsui").

## CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1 A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória, em quatro Séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, pela Emissora, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"),



2 7 1 3 4 5

JUCESP  
07 04 16

(respectivamente "Emissão", "Debêntures" e "Oferta"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

## **2.2. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**

2.2.1 A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.2.2 A Oferta será objeto de registro na ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, apenas para fins de envio de informações para a Base de Dados da ANBIMA, desde que sejam divulgadas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA anteriormente à data de encerramento da Oferta.

## **2.3. Arquivamento e Publicação das Atas de Aprovações Societárias**

2.3.1 As atas da RCA da Emissora e da AGE da Emissora serão registradas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário Comércio Indústria & Serviços (DCI), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). A RCA da CCR será registrada na JUCESP e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico. A AGE da Montgomery será registrada na JUCESP e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário da Comércio Indústria & Serviços. A AGE da RuasInvest será registrada na JUCESP e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo. A RCA da OTP será registrada na JUCESP e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de Notícias de São Paulo.

## **2.4. Inscrição da Escritura na JUCESP e Registro da Escritura em Cartório de Registro de Títulos e Documentos**

2.4.1 Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4.2. Em virtude da garantia fidejussória de que trata a Cláusula V abaixo, a presente Escritura e eventuais Aditamentos serão também registrados, a expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do arquivamento desta Escritura e/ou de eventuais Aditamentos na JUCESP previsto na Cláusula 2.4.1 acima. A Emissora entregará 1 (uma) via registrada da presente Escritura e de eventuais Aditamentos ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva realização de



2 7 11 4 11 0

JUCESP  
07 04 16

referidos registros nos cartórios indicados acima, bem como na JUCESP.

## **2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**

2.5.1. As Debêntures serão depositadas eletronicamente em mercado de balcão organizado para (a) distribuição pública com esforços restritos no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto em 2.5.2. abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas (i) depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo respectivo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, e (ii) nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, entre investidores considerados como qualificados, nos termos do artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539") e (iii) observado o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

## **CLÁUSULA III OBJETO SOCIAL DA EMISSORA**

3.1 De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, o objeto social da Emissora é realizar a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços integrantes de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando a, a aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus ("Concessão").

## **CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1 Número da Emissão**

4.1.1. A presente Escritura constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora.

### **4.2 Valor Total da Emissão**

4.2.1. O valor total da Emissão é de R\$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

4.2.2. Não haverá opção de distribuição parcial das Debêntures, de forma que a



2 1 2 5 11 0

DUCE SP  
07 04 16

totalidade das Debêntures das quatro Séries deverá ser subscrita e integralizada.

#### 4.3 Valor Nominal Unitário

4.3.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão, conforme definido abaixo ("Valor Nominal Unitário").

#### 4.4 Quantidade de Debêntures e Número de Séries

4.4.1 A Emissão será realizada em quatro séries ("Séries"), sendo que serão emitidas (i) 99.000 (noventa e nove mil) Debêntures na 1ª Série ("Debêntures da 1ª Série"), (ii) 16.500 (dezesesseis mil e quinhentas) Debêntures na 2ª Série ("Debêntures da 2ª Série"), (iii) 24.750 (vinte e quatro mil e setecentas e cinquenta) Debêntures na 3ª Série ("Debêntures da 3ª Série") e (iv) 24.750 (vinte e quatro mil e setecentas e cinquenta) Debêntures na 4ª Série ("Debêntures da 4ª Série") e, quando em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série, as "Debêntures", todas emitidas concomitantemente na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula 4.8 abaixo.

#### 4.5 Forma

4.5.1 As Debêntures terão a forma escritural e nominativa, sem emissão de certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador, conforme definido abaixo. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente através da CETIP.

#### 4.6 Conversibilidade e Tipo

4.6.1. As Debêntures serão simples e não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### 4.7 Espécie

4.7.1 As Debêntures serão da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória.

#### 4.8 Data de Emissão

4.8.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures de todas as quatro Séries será o dia 31 de março de 2016 ("Data de Emissão").

#### 4.9 Data de Vencimento e Prazo

4.9.1 As Debêntures de todas as quatro Séries terão prazo de 411 (quatrocentos e onze) dias, com vencimento em 16 de maio de 2017 ("Data de Vencimento"). Na Data



2 7 11 6 11 0

JUCESP  
07 04 18

de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.3.1 desta Escritura), ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da remuneração de que trata a Cláusula 4.11 abaixo, calculada até a Data de Vencimento.

4.9.2 As Debêntures que tenham sido adquiridas por qualquer Interveniente Garantidor, por meio do Mecanismo de Saída (conforme abaixo definido), poderão ter seu prazo de vencimento prorrogado por 1 (um) ano, mediante envio de notificação da Emissora ao Agente Fiduciário, independentemente de prévia aprovação dos demais Debenturistas ou do IDB, desde que (i) em tal prorrogação, todas as condições de subordinação permaneçam válidas e em vigor, conforme previsto na Cláusula XII desta Escritura, (ii) todas as demais condições da Emissão aqui previstas se mantenham inalteradas, e (iii) o Interveniente Garantidor que adquiriu tais Debêntures tenha cumprido com todas as respectivas obrigações previstas na Cláusula 12.8.1 desta Escritura. Para tanto, o IDB e o Agente Fiduciário, este último desde já autorizado nos termos desta Escritura, deverão firmar, em conjunto com as demais Partes, um Aditamento para formalizar tal prorrogação de prazo, conforme o modelo constante no Anexo I a esta Escritura.

4.9.2.1 Na hipótese de prorrogação do prazo das Debêntures adquiridas por meio do Mecanismo de Saída, após a celebração do Aditamento previsto na cláusula acima, o Agente Fiduciário e a Emissora deverão tomar todas as medidas necessárias para que a referida alteração das respectivas Debêntures de cada Série seja informada à CETIP, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data de celebração do Aditamento e, em qualquer caso, antes da Data de Vencimento das Debêntures, sem prejuízo das obrigações de registro do Aditamento na JUCESP e no Cartório de Títulos e Documentos competente, conforme Cláusula 2.4.2 acima.

#### **4.10 Atualização do Valor Nominal Unitário**

4.10.1 O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.

#### **4.11 Remuneração**

4.11.1 As Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra-grupo" ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página de internet (<http://www.cetip.com.br>) acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, a partir da Data de Subscrição e Integralização (conforme abaixo definido) até seu efetivo pagamento. Os juros serão pagos em uma única parcela, na

27/04/18  
JUCESP  
CCB

2 7 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31

DUCESP  
07 04 18

Data de Vencimento ("Remuneração"). O cálculo dos juros deverá obedecer à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J Valor unitário da Remuneração devida na Data de Vencimento, calculada com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI, da Data de Subscrição e Integralização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até "n";

n = número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro;

TDI<sub>k</sub> = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;

DI<sub>k</sub> = Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large stylized signature and several smaller ones.



DUCESP  
07 04 16

arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

*spread* = 1,5000 (um inteiro e cinquenta centésimos);

DP = É o número de Dias Úteis entre a Data da Subscrição e Integralização das Debêntures, inclusive, e a Data do cálculo, exclusive, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + \text{TDI}_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + \text{TDI}_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.11.2. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de  $\text{TDI}_k$  a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) Dias Úteis, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.11.3 a 4.11.5 abaixo.

4.11.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial ("Evento de Ausência da Taxa DI"), a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado judicial ou legalmente para tanto, conforme o caso. No caso de não haver substituto judicial ou legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contado do Evento de Ausência da Taxa DI, convocar AGD (conforme definido abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares na época. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da AGD, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

DUCESP  
07 04 18

da Taxa DI aplicável.

4.11.4 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, observado o disposto na Cláusula 12.3(b) abaixo, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, a contar da data de realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação de cada Série, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição e Integralização (conforme abaixo definido). Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI<sub>k</sub>, a última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.11 desta Escritura para fins de cálculo da Remuneração;
- (ii) apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento; ou
- (iii) solicitar que os Intervenientes Garantidores adquiram as Debêntures, conforme o procedimento previsto no Mecanismo de Saída, observadas as disposições previstas na Cláusula 4.11 desta Escritura para fins de cálculo da Remuneração.

4.11.4.1 Nas hipóteses (ii) e (iii) acima, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida a exclusivo critério dos Debenturistas reunidos em nova AGD, sendo que a Remuneração substituta definida nesta nova AGD deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação para cada Série. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI. Caso a Emissora não aprove a taxa substituta da Remuneração para fins de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, aplicar-se-ão os procedimentos previstos no item (i) acima.

4.11.5 Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva AGD, a referida AGD não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação.



10  
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

DUCE SP  
07 04 18

#### 4.12 Amortização do Valor Nominal Unitário

4.12.1 A amortização do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será realizada na Data de Vencimento, salvo a possibilidade de amortização parcial facultativa prevista na Cláusula 6.2 abaixo, observada a obrigação da Emissora prevista na Cláusula 7.1 (s).

#### 4.13. Pagamento da Remuneração

4.13.1 O pagamento da Remuneração nos termos da Cláusula 4.11 acima, que incidirá sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será feito em uma única parcela, a ser paga na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo total e amortização parcial facultativa, previstas nas Cláusulas 6.1 e 6.2, respectivamente, e observada a obrigação da Emissora prevista na Cláusula 7.1 (s) abaixo.

#### 4.14. Local de Pagamento

4.14.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador; ou (b) pela instituição financeira contratada para este fim, conforme o caso.

#### 4.15. Prorrogação dos Prazos

4.15.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura por quaisquer das Partes até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.15.2 Para os fins desta Escritura e dos demais documentos da Oferta, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado declarado nacional ou, ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Ademais, para os prazos (a) previstos na Cláusula 5.10 e nos itens (ii) e (iii) da Cláusula 9.5.1 desta Escritura, "Dia(s) Útil(eis)" não considerará os dias quando não houver expediente bancário em Washington D.C., Estados Unidos da América; e (b) aplicáveis à Mitsui, "Dia(s) Útil(eis)" não considerará os dias quando não houver expediente bancário em Tóquio, Japão. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia(s) Útil(eis)", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.



11

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large stylized signature and several smaller ones.

DUCE SP  
07 04 16

#### **4.16. Encargos Moratórios**

4.16.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

#### **4.17. Forma de Subscrição e Integralização**

4.17.1 As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo a partir do início de sua distribuição, até o término do prazo de distribuição, em uma única data, em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador (conforme abaixo definido), conforme estabelecido no Contrato de Distribuição ("Contrato de Distribuição"), bem como as disposições da Instrução CVM 476, inclusive respectivos artigos 7º-A e 8º, pelo Valor Nominal Unitário. A integralização das Debêntures será realizada à vista, na data de subscrição ("Data de Subscrição e Integralização"), em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

#### **4.18. Repactuação**

4.18.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.19. Publicidade**

4.19.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário Comércio Indústria & Serviços (DCI), conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

#### **4.20. Imunidade de Debenturistas**

4.20.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

DUCE SP  
07 04 16

#### 4.21. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.21.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador"), conforme estabelecido no Contrato de Distribuição, tendo como público alvo os Investidores Profissionais (conforme abaixo definido).

4.21.2. A Emissora não poderá realizar outra emissão de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data de encerramento da Oferta, observando-se os termos do artigo 9º da Instrução CVM 476.

4.21.3. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição") conforme previsto no Contrato de Distribuição, tendo como público alvo exclusivamente investidores considerados como profissionais, nos termos do artigo 9º-A da Instrução CVM 539 ("Investidores Profissionais"). Para tanto, o Coordenador poderá acessar até no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

4.21.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Profissionais assinarão declaração atestando estar cientes de que (a) a Oferta não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada perante a ANBIMA; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

4.21.5. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Instrução CVM 476.

4.21.6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador; e (b) informar ao Coordenador, em até 1 (um) Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

4.21.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que o Coordenador organizará o Plano de Distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo apenas Investidores Profissionais.

4.21.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.



13

DUCESP  
07 04 16

4.21.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

#### 4.22 Banco Liquidante e Escriturador

4.22.1. O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, bairro Parque Jabaquara, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

4.22.2. O escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 3º andar, Parte, bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

4.22.3. O Banco Liquidante e o Escriturador poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por meio de deliberação dos Debenturistas reunidos em AGD (conforme abaixo definido).

#### 4.23 Destinação dos Recursos

4.23.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados, exclusivamente, à realização, pela Emissora, de investimentos relacionados à Fase II, conforme previsto no Contrato nº 4232521201 para Concessão Patrocinada para Exploração da Prestação dos Serviços de Transporte de Passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, abrangendo de Luz até Taboão da Serra ("Contrato de Concessão"). De acordo com o Contrato de Concessão, "Fase II" significa a operação da Linha 4 - Amarela com todas as suas estações previstas: Vila Sônia, Morumbi, Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Oscar Freire, Paulista, Higienópolis, República e Luz, sendo o percurso entre a estação Vila Sônia até Taboão da Serra será operada por meio de ônibus.

### CLÁUSULA V GARANTIA DAS DEBÊNTURES

5.1. As Debêntures da 1ª Série serão garantidas por fiança, cujas características encontram-se estabelecidas nesta cláusula ("Garantia da 1ª Série"). As Debêntures da 2ª Série serão garantidas por garantia pessoal regida por lei japonesa, cujas características encontram-se estabelecidas nesta cláusula e no instrumento de constituição de tal garantia ("Garantia da 2ª Série"). As Debêntures da 3ª Série e as Debêntures da 4ª Série serão garantidas por cartas de fiança bancária, cujas



2 14

DUCEP

07 04 16

características encontram-se estabelecidas nesta cláusula e nos respectivos instrumentos a serem emitidos pelas instituições financeiras ("Garantia da 3ª Série" e "Garantia da 4ª Série", respectivamente, e, em conjunto com Garantia da 1ª Série e Garantia da 2ª Série, "Garantias").

5.2. Pela presente Escritura, a CCR obriga-se, perante os Debenturistas das Debêntures da 1ª Série, como fiadora, na qualidade de principal pagadora e devedora solidária da Emissora com relação às Debêntures da 1ª Série, e neste ato renuncia expressamente ao benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, bem como nos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), a partir de sua entrada em vigor, exclusivamente em relação à solidariedade da CCR em relação à Emissora, respeitado o valor da Garantia da 1ª Série. A Garantia da 1ª Série na forma de fiança é prestada em caráter universal e compreende a totalidade da dívida principal das Debêntures da 1ª Série e também todos os seus acessórios, incluindo a Remuneração, juros moratórios, multa convencional e outros acréscimos ("Valor Garantido da 1ª Série"). Assim, responde a CCR em caso de inadimplemento total ou parcial da Emissora com relação às obrigações pecuniárias referentes às Debêntures da 1ª Série, como principal pagadora de toda e qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura que seja exigível, nos termos desta Escritura, até a data da integral liquidação das obrigações decorrentes das Debêntures da 1ª Série, seja ela anterior ou posterior à Data de Vencimento. Caso a CCR venha a honrar a respectiva fiança aqui prevista e realize o pagamento integral do Valor Garantido da 1ª Série, estará, observado o disposto na Cláusula 5.13 abaixo, desobrigada em relação a quaisquer outros pagamentos de valores decorrentes desta Emissão, mediante entrega de termo de exoneração pelo Agente Fiduciário à CCR, sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.10 abaixo. Para esse fim, o Agente Fiduciário deverá certificar-se de que o IDB concedeu sua anuência à exoneração da CCR, por meio de comunicação a ser encaminhada pelo IDB nos termos previstos na Cláusula 5.10 abaixo, previamente à entrega do termo de exoneração mencionado nesta cláusula, sendo certo que o Agente Fiduciário não poderá emitir o termo de exoneração mencionado nesta cláusula sem a anuência prévia do IDB nos termos dispostos nesta Escritura independentemente da justificativa da recusa à anuência.

5.3. As Debêntures da 2ª Série serão garantidas por garantia pessoal regida por lei japonesa, prestada pela Mitsui nos termos da *Letter of Guarantee No. AFF-170312* ("Carta de Garantia Mitsui"). A Garantia da 2ª Série na forma de garantia pessoal regida por lei japonesa será prestada em caráter universal e compreenderá a totalidade da dívida principal das Debêntures da 2ª Série e também todos os seus acessórios, incluindo a Remuneração, juros moratórios, multa convencional e outros acréscimos ("Valor Garantido da 2ª Série"). A Garantia da 2ª Série será constituída única e exclusivamente por meio da Carta de Garantia Mitsui. Assim, responderá a Mitsui em caso de inadimplemento total ou parcial da Emissora com relação às obrigações pecuniárias referentes às Debêntures da 2ª Série, nos termos e condições a serem estabelecidos na Carta de Garantia Mitsui, sendo certo que, caso a Mitsui venha a honrar a respectiva Carta de Garantia Mitsui e realize o pagamento integral do Valor Garantido da 2ª Série,



15

2

M

OP

H

O

DUCEP

07 04 16

estará, observado o disposto na Cláusula 5.13 abaixo, desobrigada em relação a quaisquer outros pagamentos de valores decorrentes desta Emissão, mediante entrega de termo de exoneração pelo Agente Fiduciário à Mitsui, sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.10 abaixo. Para esse fim, o Agente Fiduciário deverá certificar-se de que o IDB concedeu sua anuência à exoneração da Mitsui, por meio de comunicação a ser encaminhada pelo IDB nos termos previstos na Cláusula 5.10 abaixo, previamente à entrega do termo de exoneração mencionado nesta cláusula, sendo certo que o Agente Fiduciário não poderá emitir o termo de exoneração mencionado nesta cláusula sem a anuência prévia do IDB nos termos dispostos nesta Escritura, independentemente da justificativa da recusa à anuência. Para se evitar dúvidas e observado o disposto na Cláusula 11.2(e) abaixo, as demais obrigações assumidas pela Mitsui por meio desta Escritura, incluindo, mas não se limitando, às relativas ao Mecanismo de Saída e à Condição Adicional de Subordinação, não serão interpretadas como uma garantia pessoal adicional da Mitsui às Debêntures da 2ª Série.

5.4. As Debêntures da 3ª Série serão garantidas por fiança bancária, nos termos a seguir descritos. Pela presente Escritura, a Montgomery e a RuasInvest obrigam-se, solidariamente, a contratar e apresentar ao Agente Fiduciário, às suas expensas, até a Data de Subscrição e Integralização, carta de fiança bancária a ser prestada por instituições financeiras ("Carta de Fiança RuasInvest"), sendo que a contratação da Carta de Fiança RuasInvest pela Montgomery ou pela RuasInvest, nos termos previstos nesta cláusula, considerará cumprida a obrigação aqui prevista, a qual deverá (i) conter substancialmente os termos e condições previstos na Cláusula XII desta Escritura, ficando estabelecido que, caso a instituição financeira emissora da Carta de Fiança RuasInvest venha a honrar, parcialmente ou integralmente, a fiança prestada, a instituição financeira emissora da Carta de Fiança RuasInvest passará, automaticamente e para todos os fins, inclusive para os fins da Cláusula XII desta Escritura, a ser considerada um credor subordinado em relação a qualquer direito perante a Emissora, sujeitando-se, integralmente, aos termos e condições estabelecidos na Cláusula XII desta Escritura; (ii) compreender a totalidade do Valor Garantido da 3ª Série, incluindo mas não se limitando à Remuneração e encargos moratórios, quando aplicáveis; e (iii) ser válida até a data da integral liquidação das obrigações decorrentes das Debêntures da 3ª Série, seja ela anterior ou posterior à Data de Vencimento. As Partes concordam que (a) a Emissora não será obrigada a pagar e não será responsável por, quaisquer custos, despesas, comissões, impostos ou outros encargos decorrentes ou relacionados à Carta de Fiança RuasInvest ("Despesas da Carta de Fiança RuasInvest"); (b) as Despesas da Carta de Fiança RuasInvest não integram o Valor Garantido da 3ª Série (conforme abaixo definido) e não são cobráveis contra a Emissora; e (c) a Montgomery e/ou a RuasInvest são responsáveis e pagarão à instituição financeira emissora da Carta de Fiança RuasInvest todas as Despesas da Carta de Fiança RuasInvest.

5.4.1. Nos termos a serem estabelecidos na Carta de Fiança RuasInvest, a instituição financeira emissora da Carta de Fiança RuasInvest renunciará ao benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 821, 827, 837 e 839 do Código Civil, bem como no artigo 794 do Código de Processo Civil, exclusivamente em relação à Emissora, respeitado o valor da Garantia

2 16



DUCE SP

07 04 16

da 3ª Série. A Carta de Fiança RuasInvest será prestada em caráter universal e compreenderá a totalidade da dívida principal das Debêntures da 3ª Série e também todos os seus acessórios, quais sejam a Remuneração, juros moratórios e multa convencional ("Valor Garantido da 3ª Série").

5.4.2. Caso a instituição financeira emissora da Carta de Fiança RuasInvest venha a honrar a respectiva Carta de Fiança RuasInvest, de modo a realizar o pagamento integral do Valor Garantido da 3ª Série, estará, observado o disposto na Cláusula 5.13 abaixo, desobrigada em relação a quaisquer outros pagamentos de valores decorrentes desta Emissão, mediante entrega de termo de exoneração pelo Agente Fiduciário, sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.10 abaixo. Para esse fim, o Agente Fiduciário deverá certificar-se de que o IDB concedeu sua anuência à exoneração da instituição financeira, por meio de comunicação a ser encaminhada pelo IDB nos termos previstos na Cláusula 5.10 abaixo, previamente à entrega do termo de exoneração mencionado nesta cláusula, sendo certo que o Agente Fiduciário não poderá emitir o termo de exoneração mencionado nesta cláusula sem a anuência prévia do IDB nos termos dispostos nesta Escritura, independentemente da justificativa da recusa à anuência.

5.4.3. As Partes concordam que quaisquer alterações nos termos e condições aplicáveis às Debêntures da 3ª Série que acarretem em novação dessa dívida dependerão de aprovação prévia da instituição financeira emissora da Carta de Fiança RuasInvest.

5.5. As Debêntures da 4ª Série serão garantidas por fiança bancária, nos termos a seguir descritos. Pela presente Escritura, a Montgomery e a OTP obrigam-se, solidariamente, a contratar e apresentar ao Agente Fiduciário, às suas expensas, até a Data de Subscrição e Integralização, carta de fiança bancária a ser prestada por instituições financeiras ("Carta de Fiança OTP" e, quando mencionada com Carta de Fiança RuasInvest, as "Cartas de Fiança"), sendo que a contratação da Carta de Fiança OTP pela Montgomery ou pela OTP, nos termos previstos nesta cláusula, considerará cumprida a obrigação aqui prevista, a qual deverá (i) conter substancialmente os termos e condições previstos na Cláusula XII desta Escritura, ficando estabelecido que, caso a instituição financeira emissora da Carta de Fiança OTP venha a honrar, parcialmente ou integralmente, a fiança prestada, a instituição financeira emissora da Carta de Fiança OTP passará, automaticamente e para todos os fins, inclusive para os fins da Cláusula XII desta Escritura, a ser considerada um credor subordinado em relação a qualquer direito perante a Emissora, sujeitando-se, integralmente, aos termos e condições estabelecidos na Cláusula XII desta Escritura; (ii) compreender a totalidade do Valor Garantido da 4ª Série, incluindo mas não se limitando à Remuneração e encargos moratórios, quando aplicáveis; e (iii) ser válida até a data da integral liquidação das obrigações decorrentes das Debêntures da 4ª Série, seja ela anterior ou posterior à Data de Vencimento, observado que a Carta de Fiança OTP poderá ser emitida com prazo inferior ao aqui estabelecido, desde que até 25 (vinte e cinco) Dias Úteis antes da data de vencimento da Carta de Fiança OTP e/ou de quaisquer cartas de fiança que a prorrogue e/ou a substitua, seja(m) emitida(s) nova(s) carta(s) de fiança de instituição financeira de primeira linha para garantir as obrigações previstas nas Debêntures da 4ª Série até a Data de Vencimento contendo substancialmente os mesmos termos previstos na Carta

17

DUCEAP  
07 04 16

de Fiança OTP e prazos compatíveis com a prorrogação pretendida (sendo que todas e quaisquer novas cartas de fiança em vigor então emitidas prorrogando e/ou substituindo a Carta de Fiança OTP serão entendidas como "Carta de Fiança OTP" para os fins previstos nesta Escritura). As Partes concordam que (a) a Emissora não será obrigada a pagar e não será responsável por, quaisquer custos, despesas, comissões, impostos ou outros encargos decorrentes ou relacionados à Carta de Fiança OTP ("Despesas da Carta de Fiança OTP"); (b) as Despesas da Carta de Fiança OTP não integram o Valor Garantido da 4ª Série (conforme abaixo definido) e não são cobráveis contra a Emissora; e (c) a Montgomery e/ou a OTP são responsáveis e pagarão à instituição financeira emissora da Carta de Fiança OTP todas as Despesas da Carta de Fiança OTP.

5.5.1. Nos termos a serem estabelecidos na Carta de Fiança OTP, a instituição financeira emissora da Carta de Fiança OTP renunciará ao benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 821, 827, 837 e 839 do Código Civil, bem como no artigo 794 do Código de Processo Civil, exclusivamente em relação à Emissora, respeitado o valor da Garantia da 4ª Série. A Garantia da 4ª Série será prestada em caráter universal e compreenderá a totalidade da dívida principal das Debêntures da 4ª Série e também todos os seus acessórios, quais sejam a Remuneração, juros moratórios e multa convencional ("Valor Garantido da 4ª Série").

5.5.2. Caso a instituição financeira emissora da Carta de Fiança OTP venha a honrar a respectiva Carta de Fiança OTP, de modo a realizar o pagamento integral do Valor Garantido da 4ª Série, estará, observado o disposto na Cláusula 5.13 abaixo, desobrigada em relação a quaisquer outros pagamentos de valores decorrentes desta Emissão, mediante entrega de termo de exoneração pelo Agente Fiduciário à Montgomery e à OTP, sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.10 abaixo. Para esse fim, o Agente Fiduciário deverá certificar-se de que o IDB concedeu sua anuência à exoneração da Montgomery e da OTP, por meio de comunicação a ser encaminhada pelo IDB nos termos previstos na Cláusula 5.10 abaixo, previamente à entrega do termo de exoneração mencionado nesta cláusula, sendo certo que o Agente Fiduciário não poderá emitir o termo de exoneração mencionado nesta cláusula sem a anuência prévia do IDB nos termos dispostos nesta Escritura, independentemente da justificativa da recusa à anuência.

5.5.3. As Partes concordam que quaisquer alterações nos termos e condições aplicáveis às Debêntures da 4ª Série que acarretem em novação dessa dívida dependerão de aprovação prévia da instituição financeira emissora da Carta de Fiança OTP.

5.6. Cada valor garantido será pago pelo Interveniente Garantidor aplicável ou pela instituição financeira emitente da respectiva Carta de Fiança, conforme o caso e a respectiva Série, sem prejuízo dos encargos moratórios estabelecidos na Cláusula 4.16 acima, conforme aplicáveis, em até 7 (sete) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário ao Interveniente Garantidor e/ou à instituição financeira emitente da respectiva Carta de Fiança, conforme aplicável, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal



2 18

DUCE SP  
07 04 16

notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil contado (i) da verificação da falta de pagamento pela Emissora do montante total ou parcial referente a cada valor garantido na data de pagamento definida na Escritura, não sanado no respectivo prazo de cura, se aplicável, ou (ii) da data de vencimento antecipado da Emissão ou das Debêntures da respectiva Série, conforme aplicável. O pagamento deverá ser realizado diretamente aos debenturistas fora do âmbito da CETIP, conforme instruções recebidas do Agente Fiduciário. Em nenhuma hipótese o inadimplemento de qualquer obrigação da Emissora prevista nesta Escritura será considerado inadimplemento de qualquer Interviente Garantidor, salvo após o exercício pelo Agente Fiduciário do procedimento previsto nesta cláusula e a decorrência do prazo de pagamento pelo Interviente Garantidor.

5.7. As Garantias são prestadas pelos Intervientes Garantidores e/ou instituições financeiras contratadas pelos Intervientes Garantidores, conforme o caso, em caráter irrevogável e irretratável e entrarão em vigor na Data de Emissão e permanecerão válidas em todos os seus termos até a data da integral liquidação das obrigações decorrentes desta Escritura com relação às respectivas Séries das Debêntures, seja ela anterior ou posterior à Data de Vencimento, conforme o Agente Fiduciário vier a confirmar por escrito, sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5 acima. Desta forma, os Intervientes Garantidores, desde já, reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do respectivo valor garantido.

5.8. Respeitados os termos da Cláusula XII abaixo, cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução das Garantias, quantas vezes forem necessárias, uma vez não cumprido o disposto na Cláusula 5.6 acima, quanto ao pagamento de cada valor garantido pelo Interviente Garantidor e/ou instituição financeira, no caso das Cartas de Fiança, conforme aplicável.

5.9. Independentemente do exercício do Mecanismo de Saída previsto nesta Escritura, fica adicionalmente facultado aos Intervientes Garantidores efetuarem pagamento de qualquer obrigação pecuniária inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário e de tal inadimplemento ser relacionado à Série de Debêntures garantida por tal Interviente Garantidor, nos termos previstos nesta Escritura, inclusive durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que tal inadimplemento pecuniário da Emissora será sanado pelos Intervientes Garantidores.

5.10. Caso o Interviente Garantidor efetue o pagamento de obrigação pecuniária inadimplida pela Emissora, nos termos da Cláusula 5.9 acima, a Emissora deverá, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, solicitar ao IDB sua anuência para emissão de termo de exoneração do Interviente Garantidor, sendo certo que tal termo sempre será emitido em relação à totalidade das obrigações do Interviente Garantidor e, ainda, que tal exoneração não importará na renúncia ou liberação das obrigações do Interviente Garantidor previstas na Cláusula XXII desta Escritura, as quais permanecerão válidas e



2 19 H On

DUCE SP

07 04 16

exigíveis nos termos previstos nesta Escritura. No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação da Emissora, o IDB deverá, por escrito, (i) indicar a sua expressa anuência à emissão do termo de exoneração ao respectivo Interviente Garantidor; ou (ii) solicitar informações ou documentos adicionais ou, ainda, prazo adicional para manifestar sua anuência quanto à liberação do Interviente Garantidor, ou (iii) manifestar-se contrário à emissão do termo de exoneração; sendo certo que, nas hipóteses (ii) e (iii), independente da justificativa, os Intervientes Garantidores desde já concordam que o Agente Fiduciário não emitirá tal termo de exoneração. Após a manifestação expressa e por escrito do IDB indicando sua concordância à emissão do termo de exoneração ao respectivo Interviente Garantidor ou, ainda, caso o IDB não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação da Emissora, hipótese na qual a Emissora fornecerá ao Agente Fiduciário uma comunicação atestando tal ausência de manifestação do IDB, o Agente Fiduciário deverá considerar a emissão do termo de exoneração aprovada pelo IDB, podendo a Emissora solicitar ao Agente Fiduciário a emissão e entrega do termo de exoneração ao respectivo Interviente Garantidor. O Agente Fiduciário deverá emitir o termo de exoneração em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de solicitação da Emissora.

5.11. O IDB e as Partes desde já concordam que, até a total satisfação dos valores devidos aos Debenturistas, (i) caso a Emissora incida em um dos Eventos de Inadimplemento da Emissora sem que o Mecanismo de Saída seja exercido ou (ii) caso a Emissora não realize os pagamentos devidos aos Debenturistas e não seja exercido Mecanismo de Saída, nos termos desta Escritura, os Debenturistas poderão declarar o vencimento antecipado das Debêntures e constituir a Emissora em mora, única e exclusivamente para exigir o cumprimento da Garantia das Debêntures da respectiva Série, de acordo com os termos e condições previstas na Cláusula 5.6 desta Escritura, conforme o caso. As Partes concordam que a declaração de vencimento antecipado das Debêntures não altera ou de qualquer forma modifica as condições previstas na Cláusula XII desta Escritura, as quais permanecerão válidas e inalteradas, independentemente de tal declaração de vencimento antecipado, cumprimento do Mecanismo de Saída (conforme abaixo definido) e/ou do exercício da Garantia das Debêntures da respectiva Série.

5.12. Fica desde já estabelecido que nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada por qualquer Interviente Garantidor com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.13. Os Intervientes Garantidores e as instituições financeiras emissoras das Cartas de Fiança, conforme o caso, sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas (i) da respectiva Série de Debêntures em relação à qual forem fiadores, caso venham a honrar, total ou parcialmente, a respectiva fiança aqui prevista, e (ii) no caso dos Intervientes Garantidores, das demais Séries de Debêntures em relação às quais efetuarem pagamentos de obrigações inadimplidas pela Emissora, nos termos da Cláusula 5.9 acima, em qualquer caso, até o limite do valor da respectiva dívida efetivamente honrada. Nas hipóteses descritas acima, cada Interviente Garantidor e as instituições financeiras emissoras das Cartas de Fiança, conforme o caso, somente poderão exigir

2 DM 20 JA H Au

DUCEAP  
07 04 16

tais valores da Emissora após os Debênturistas terem recebido integralmente todos os valores garantidos e, ainda, terem sido observadas as condições previstas na Cláusula XII desta Escritura.

5.13.1. As Partes concordam que, no caso das Debêntures da 3ª e 4ª Séries, caso as instituições financeiras emissoras das respectivas Cartas de Fiança venham a honrar, total ou parcialmente, as Cartas de Fiança, e tenham o valor honrado integralmente ressarcido pela Montgomery, RuasInvest e/ou OTP, conforme o caso, (i) a Montgomery e/ou a RuasInvest, conforme aplicável, sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas das Debêntures da 3ª Série e (ii) Montgomery e/ou a OTP, conforme aplicável, sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas das Debêntures da 4ª Série. As Partes concordam que, sujeito às disposições da Cláusula XII abaixo, a sub-rogação de cada Interviente Garantidor e de cada instituição financeira emissora das Cartas de Fiança concorrerá *pari passu* com a sub-rogação dos demais Intervientes Garantidores e instituições financeiras emissoras das Cartas de Fiança, sendo certo que a Emissora não realizará qualquer pagamento preferencial em relação a tal sub-rogação.

5.13.2 Observada a Cláusula 5.13 acima, caso o Mecanismo de Saída seja exercido, as Debêntures que forem adquiridas pelos Intervientes Garantidores não serão canceladas e continuarão fazendo jus ao recebimento da Remuneração até a Data de Vencimento, bem como conferirão aos Intervientes Garantidores todos os direitos inerentes a esta Escritura.

5.13.3 Caso as Garantias sejam excutidas, nos termos da Cláusula 5.11 acima, as Debêntures da Série cuja Garantia tenha sido executada serão consideradas resgatadas e serão canceladas, sendo certo que não conferirão mais qualquer direito.

5.14 Para que não restem dúvidas, cada Interviente Garantidor não será responsável por pagamentos ou terá responsabilidades em relação às Séries (inclusive no que concerne a quaisquer valores garantidos relacionados a tais Séries) nas quais não seja garantidor, nos termos desta Escritura.

## **CLÁUSULA VI**

### **RESGATE TOTAL, AMORTIZAÇÃO PARCIAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

#### **6.1. Resgate Antecipado Total**

6.1.1. Resgate Antecipado Facultativo Total. Observado o previsto na Cláusula XII abaixo e sujeito à aprovação prévia do Credor Sênior, de acordo com as Cláusulas 9.5.1(ii) e 12.3 abaixo, a Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, sendo vedado o resgate parcial, mediante comunicação escrita à totalidade dos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário, ou por meio de publicação de anúncio a ser divulgado nos termos da Cláusula 4.19 desta Escritura, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor devido pela Emissora, por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do



21

*[Handwritten signatures and initials]*

DUCESP  
07 04 16

Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, (ii) do prêmio incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculado nos termos da Cláusula 6.1.1.1 abaixo, e (iii) dos demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total. A totalidade das Debêntures resgatadas será obrigatoriamente cancelada pela Emissora.

6.1.1.1. O prêmio de resgate será estabelecido de acordo com a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme condições estabelecidas abaixo:

<b>Data do Resgate Antecipado Facultativo Total</b>	<b>Prêmio de Resgate</b>
entre a Data de Emissão e 31 de março de 2017.	0,50%
entre 1º de abril de 2017 e a Data de Vencimento.	0,40%

6.1.1.2. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.1.1.3. A Emissora comunicará a CETIP da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data estipulada para sua realização.

## **6.2. Amortização Parcial Facultativa**

6.2.1. Observado o previsto na Cláusula XII abaixo e sujeito à aprovação prévia do Credor Sênior, de acordo com as Cláusulas 9.5.1(ii) e 12.3 abaixo, a Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, a amortização parcial facultativa das Debêntures em Circulação, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação de cada uma das Séries, objeto do evento de Amortização Parcial Facultativa, da presente Emissão, mediante comunicação escrita à totalidade dos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário, ou por meio de publicação de anúncio a ser divulgado nos termos da Cláusula 4.19 desta Escritura, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis ("Amortização Parcial Facultativa"). O valor devido pela Emissora por ocasião da Amortização Parcial Facultativa será equivalente ao percentual definido pela Emissora sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a partir da Data de Subscrição e

DUCE SP  
07 04 16

Integralização, até a data da Amortização Parcial Facultativa, e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Parcial Facultativa; e (ii) de prêmio incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculado nos termos da Cláusula 6.2.2 abaixo.

6.2.2. O prêmio de amortização facultativa será estabelecido de acordo com a data de realização da Amortização Parcial Facultativa:

<b>Data da Amortização Parcial Facultativa</b>	<b>Prêmio de Amortização</b>
entre a Data de Emissão e 31 de março de 2017.	0,50%
entre 1º de abril de 2017 e a Data de Vencimento.	0,40%

6.2.3. O pagamento referente à Amortização Parcial Facultativa será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.2.4. A Emissora comunicará a CETIP da realização da Amortização Parcial Facultativa com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data estipulada para sua realização.

### **6.3. Aquisição Facultativa**

6.3.1. Observado o previsto na Cláusula XII abaixo e sujeito à aprovação prévia do Credor Sênior, de acordo com as Cláusulas 9.5.1(ii) e 12.3 abaixo, a Emissora poderá, a qualquer tempo, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 2.5.2 acima e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação, desde que a aquisição seja feita em igual proporção em relação a todas as Séries, sem preferência de uma Série em detrimento das demais. As Debêntures adquiridas pela Emissora sob esta cláusula poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, observados os termos desta Escritura.

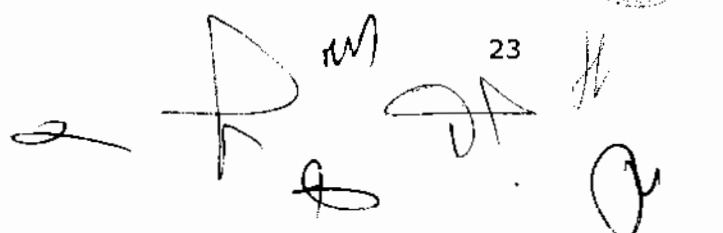
## **CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES DA EMISSORA**

7.1 A Emissora está obrigada a:

(a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito na Cláusula 4.23 acima;

(b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos

23



DUCEAP  
07 04 16

negócios da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato que, no entendimento da Emissora, afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações financeiras nos termos desta Escritura, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;

(c) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, que afete, de forma negativa e significativa, a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações financeiras nos termos desta Escritura, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado da decisão;

(d) notificar o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer (i) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura; e (ii) Eventos de Inadimplemento da Emissora (conforme definido abaixo);

(e) encaminhar ao Agente Fiduciário, (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações sobre a Emissora e seus ativos, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora; e (ii) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, se aplicável;

(f) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;

(g) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página, na rede mundial de computadores, e manter tais documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos;

(h) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;

(i) divulgar na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante relacionado à Emissora, conforme exigido pela legislação brasileira, incluindo, sem limitação, a Instrução CVM 358, comunicando tal fato relevante imediatamente após sua divulgação ao Agente Fiduciário;

(j) fornecer quaisquer informações da Emissora solicitadas pela CVM ou pela CETIP;

(k) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições

24



DUCE SP  
07 04 16

estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(l) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(m) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer das matérias que se relacionem com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;

(n) cumprir, em todos seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios e cujo não cumprimento afete adversamente a sua capacidade de cumprir as obrigações previstas nesta Escritura, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora;

(o) observar as normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, à Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis;

(p) assegurar que as obrigações assumidas nesta Escritura e nos demais documentos da Oferta pela Emissora permaneçam legalmente válidas e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

(q) providenciar o Aditamento, no caso de alteração na sua composição societária, nos termos previstos no item (vi) da Cláusula 8.1, abaixo, que resulte em alteração na Garantia em decorrência da transferência de participação acionária da Emissora, entre os acionistas controladores da Emissora ou entre empresas do grupo econômico de cada acionista controlador da Emissora, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da formalização da reestruturação societária acima mencionada;

(r) notificar o Agente Fiduciário da liquidação integral do Financiamento Sênior (conforme abaixo definido), no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da Data de Quitação (conforme abaixo definido);

(s) com exceção à hipótese de prorrogação de prazo de vencimento prevista na Cláusula 4.9.2 acima, realizar qualquer amortização do Valor Nominal Unitário ou pagamento de Remuneração de forma *pari passu* em relação a todas as Séries, sem preferência de uma Série em detrimento das demais, bem como realizar qualquer aquisição facultativa em igual proporção em relação a todas as Séries, sem preferência de uma Série em detrimento das demais;

(t) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large '2' and various scribbles.

DUCESP  
07 04 16

sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, conforme sejam necessárias para a realização do relatório citado na alínea (k) da Cláusula 9.4., no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (l) da Cláusula 8.3 abaixo; e

(u) informar ao IDB, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento sobre quaisquer medidas, procedimentos ou processos que venham a ser tomados ou propostos por terceiros, inclusive qualquer credor subordinado, que resultem em descumprimento da Condição Adicional de Subordinação, bem como tomar, de forma tempestiva, as medidas adequadas, visando a observância à Condição Adicional de Subordinação.

7.1.1 A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes ("Danos") que os Debenturistas e/ou a Emissora venham a sofrer em decorrência do não respeito pela Emissora às referidas normas, desde que tais Danos comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

#### **CLÁUSULA VIII**

##### **EVENTOS DE INADIMPLEMENTO E VENCIMENTO ANTECIPADO**

8.1 Eventos de Inadimplemento Comuns a Todas as Séries. São considerados eventos de inadimplemento da Emissora, aplicáveis a todas as Séries da presente Emissão, as seguintes hipóteses ("Eventos de Inadimplemento da Emissora"):

- (i) descumprimento, pela Emissora, de obrigação de amortização de principal e/ou de pagamento de juros das Debêntures, no vencimento das Debêntures, seja na Data de Vencimento ou em decorrência de vencimento antecipado;
- (ii) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora, de pedido de autofalência e/ou decretação de falência da Emissora, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (iii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Cláusula 7.1 desta Escritura, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contado do recebimento, pela Emissora e pelos Intervenientes Garantidores, de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (iv) vencimento antecipado do financiamento sênior obtido pela Emissora perante o Credor Sênior, por meio da celebração de Contrato de Financiamento em 07 de outubro de 2008, conforme alterado, aditado e modificado de tempos em

DUCEAP

07 04 16

tempos ("Financiamento Sênior" e "Contrato de Financiamento", respectivamente);

- (v) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (vi) ocorrência de qualquer alteração na composição societária direta da Emissora que resulte na transferência a terceiros do seu controle acionário, sem prévia e expressa aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, manifestada em AGD especialmente convocada para este fim, restando desde já autorizadas as hipóteses de transferência entre os acionistas controladores da Emissora ou entre empresas do grupo econômico de cada acionista controlador da Emissora. Entende-se por "controle" o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

8.1.1. (a) Na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento da Emissora descritos nos itens (ii) e (iv) da Cláusula 8.1 acima, ou (b) caso a Emissora não informe ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de realização de qualquer pagamento acerca da possibilidade de realizar o respectivo pagamento, nos termos das Cláusulas 9.5.1(ii) e 12.3 abaixo, e da disponibilidade de recursos para realização do respectivo pagamento; ou (c) caso a Emissora informe ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de realização de qualquer pagamento, a não obtenção da anuência do Credor Sênior para efetuar o respectivo pagamento, nos termos das Cláusulas 9.5.1(ii) e 12.3 abaixo e/ou informe sobre a indisponibilidade de recursos para realização do respectivo pagamento, o Agente Fiduciário deverá notificar, em até 1 (um) Dia Útil, a Emissora e os Intervenientes Garantidores, informando-os do início do processo de compra mandatória das Debêntures pelos Intervenientes Garantidores, sendo certo que a Emissora deverá comunicar aos Debenturistas, por meio de comunicação individual à totalidade dos Debenturistas ou, ainda, de publicação, nos termos da Cláusula 4.19, da obrigação de (1) venderem a totalidade das Debêntures da 1ª Série para a CCR, que terá obrigação de comprá-las; (2) venderem a totalidade das Debêntures da 2ª Série para a Mitsui, que terá a obrigação de comprá-las; (3) venderem a totalidade das Debêntures da 3ª Série para a Montgomery e/ou para a RuasInvest, que terão obrigação de comprá-las; e (4) venderem a totalidade das Debêntures da 4ª Série para a Montgomery e/ou para a OTP, que terão obrigação de comprá-las.

8.1.1.1. Nas situações descritas nos itens (1) a (4) da Cláusula 8.1.1 acima, considerando a obrigação dos Debenturistas de vender as Debêntures das respectivas Séries, a compra das Debêntures pela CCR, Mitsui, Montgomery e/ou RuasInvest e Montgomery e/ou OTP, conforme aplicável, é mandatória e deverá compreender o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição e Integralização até a data da efetiva recompra das respectivas Debêntures, e eventuais encargos incidentes, sem incidência de prêmio, nos termos desta Escritura ("Mecanismo de Saída"), sendo certo que a CETIP não será responsável pela verificação das notificações acima descritas, pelos

DUCE SP

07 04 16

lançamentos efetuados ou por de ausência de lançamento pelas Partes, sendo a CETIP isenta de qualquer responsabilidade pela não realização da operação em caso de descumprimento de obrigação por quaisquer das Partes.

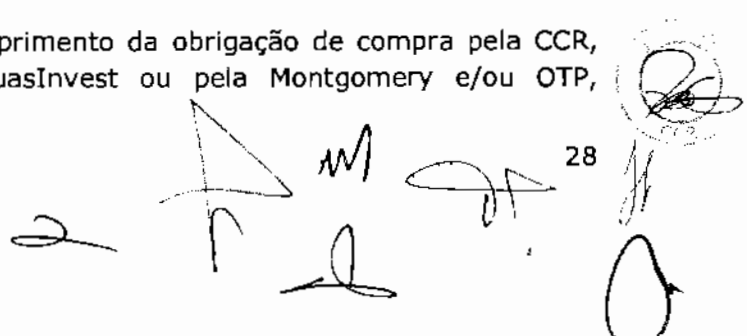
8.1.2. Na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento da Emissora descritos nos itens (iii), (v) ou (vi) da Cláusula 8.1 acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se houver, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 1 (um) Dia Útil da ciência da ocorrência de qualquer um dos referidos Eventos de Inadimplemento da Emissora, convocar AGD para deliberar sobre o envio, ou não, de notificação para a Emissora e os Intervenientes Garantidores, para que estes últimos procedam com o exercício do Mecanismo de Saída. O exercício do Mecanismo de Saída somente não será determinado, no caso de ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento da Emissora descritos nos itens (iii), (v) ou (vi) da Cláusula 8.1 acima, caso assim seja deliberado na referida AGD por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em Circulação.

8.1.3. Caso ocorram quaisquer dos eventos estabelecidos na Cláusula 8.1.1 (a), (b) e (c) acima ou o envio de notificação à Emissora e aos Intervenientes Garantidores para exercício do Mecanismo de Saída seja confirmado pelo resultado da deliberação em AGD, nos termos da Cláusula 8.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à Emissora e aos Intervenientes Garantidores, conforme previsto na Cláusula 8.1.1 acima, solicitando o exercício do Mecanismo de Saída, concedendo a cada Interveniente Garantidor o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento de tal notificação, para adquirir as Debêntures de sua respectiva Série.

8.1.4. Caso quaisquer dos Intervenientes Garantidores não cumpram com a sua obrigação de compra de Debêntures nos termos do Mecanismo de Saída, no prazo previsto na Cláusula 8.1.3 acima, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação aos demais Intervenientes Garantidores a este respeito, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que tal Interveniente Garantidor deveria ter adquirido as Debêntures de sua respectiva Série, para que os demais Intervenientes Garantidores tenham a prerrogativa, mas não a obrigação, de adquirir, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário, em qualquer proporção, as Debêntures que tal Interveniente Garantidor deveria ter adquirido.

8.1.4.1. As Partes concordam que, na hipótese prevista na Cláusula 8.1.4 acima, caso (i) a Montgomery e/ou a RuasInvest não cumpram com a sua obrigação de compra das Debêntures da 3ª Série nos termos do Mecanismo de Saída, a OTP terá preferência perante os demais Intervenientes Garantidores para aquisição de tais Debêntures da 3ª Série; e (ii) a Montgomery e/ou a OTP não cumpram com a sua obrigação de compra das Debêntures da 4ª Série nos termos do Mecanismo de Saída, a RuasInvest terá preferência perante os demais Intervenientes Garantidores para aquisição de tais Debêntures da 4ª Série.

8.1.5. Somente na hipótese de não cumprimento da obrigação de compra pela CCR, pela Mitsui, pela Montgomery e/ou RuasInvest ou pela Montgomery e/ou OTP,



Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the number 28 and some illegible text. There are several handwritten marks, including a large '2' and various scribbles.

DUCESP  
07 04 16

respectivamente, das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série, das Debêntures da 3ª Série ou das Debêntures da 4ª Série, nos termos do Mecanismo de Saída, e caso a opção de compra de Debêntures não seja exercida pelos demais Intervenientes Garantidores nos termos da Cláusula 8.1.4 acima, os Debenturistas poderão, após o decurso de qualquer prazo de cura estabelecido no âmbito desta Escritura, declarar o vencimento antecipado das Debêntures da respectiva Série cujo Mecanismo de Saída não foi adimplido, única e exclusivamente para exigir o cumprimento da Garantia das Debêntures da respectiva Série, de acordo com os termos e condições previstas na Cláusula 5.6 desta Escritura. Na hipótese da decretação do vencimento antecipado da respectiva série, a Emissora terá 1 (um) Dia Útil para efetuar o pagamento do valor devido e, transcorrido este prazo, sem prejuízo dos encargos moratórios, os Debenturistas poderão exigir do respectivo Interveniente Garantidor, ou da instituição financeira emitente das Cartas de Fiança, conforme o caso, o pagamento do Valor Garantido da 1ª Série, do Valor Garantido da 2ª Série, do Valor Garantido da 3ª Série e/ou do Valor Garantido da 4ª Série, conforme aplicável, observada a Condição Adicional de Subordinação (conforme definido na Cláusula XII abaixo) e os prazos previstos na Cláusula V acima, sendo certo que o vencimento antecipado não afetará a Condição Adicional de Subordinação e que não haverá qualquer duplicidade no pagamento realizado em relação a cada uma das Séries, bem como que eventuais pagamentos decorrentes da Carta de Garantia Mitsui e/ou das Cartas de Fiança serão realizados nos termos e condições estabelecidos na Carta de Garantia Mitsui e/ou nas Cartas de Fiança, conforme aplicável. Para que não haja dúvidas, as Partes concordam que o vencimento antecipado das Debêntures da Série cujo Mecanismo de Saída não foi adimplido, nos termos previstos nesta Cláusula 8.1, não resultará em vencimento antecipado das Debêntures das demais Séries.

8.1.6. Após ocorridos os eventos descritos nos itens (b) ou (c) da Cláusula 8.1.1 acima, inadimplido o Mecanismo de Saída para as Debêntures de determinada Série, e/ou mediante ocorrência do Evento de Inadimplimento da Emissora descrito no item (i) da Cláusula 8.1 acima, os Debenturistas poderão cobrar os valores decorrentes das Debêntures vencidas cujo respectivo pagamento não tenha sido feito nos termos da Cláusula 5.6 acima, única e exclusivamente por meio da excussão de cada Garantia, conforme aplicável, sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.5.1(iv) abaixo, a respeito da necessidade de aprovação prévia do IDB para qualquer ação, processo, procedimento ou medida, de qualquer natureza, em face da Emissora.

8.1.7. Caso ocorram quaisquer dos eventos estabelecidos na Cláusula 8.1.1 (a), (b) e (c) acima ou caso os Debenturistas deliberem, nos termos da Cláusula 8.1.2 acima, pelo exercício do Mecanismo de Saída antes de decorridos 90 (noventa) dias corridos contados da subscrição ou aquisição das Debêntures pelo respectivo investidor, conforme previsto na Cláusula 2.5.2 acima e disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, não será possível o exercício do Mecanismo de Saída e, portanto, os Debenturistas poderão declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 8.1.5 acima, com a consequente excussão das Garantias.

8.1.8. As Partes desde já concordam que o Mecanismo de Saída deverá ser realizado por



29

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large 'F' and 'M'.

DUCESP  
07 04 18

meio da aquisição das respectivas Debêntures, conforme aplicável, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

8.1.9. Em caso de exercício do Mecanismo de Saída, as Partes concordam que cada um dos Intervenientes Garantidores poderá indicar quaisquer empresas que pertençam ao seu grupo econômico para adquirir as Debêntures da Série a qual for garantidor, nos termos do Mecanismo de Saída, ficando estabelecido que, em qualquer caso, as condições previstas na Cláusula XII desta Escritura serão observadas.

8.1.10. Mediante ocorrência de exercício do Mecanismo de Saída nos termos desta Cláusula 8.1, o IDB e o Agente Fiduciário, este último desde já autorizado nos termos desta Escritura, deverão firmar, em conjunto com as demais Partes, sujeito à prévia aprovação do IDB, em observância ao disposto nas Cláusulas 9.5 e XII abaixo, um Aditamento para formalizar a liberação e não aplicabilidade da Garantia da(s) respectiva(s) Série(s) em que o Mecanismo de Saída foi exercido, desde a data do efetivo exercício do Mecanismo de Saída em relação a tal Série, nos termos desta Cláusula 8.1, até a Data de Vencimento.

8.2. Evento de Inadimplemento exclusivo da 4ª Série. É considerado evento de inadimplemento, aplicável única e exclusivamente à 4ª Série da presente Emissão, sem qualquer prejuízo aos termos e condições das demais Séries (observado o disposto na Cláusula 8.2.1 e parte final da Cláusula 8.2.2), a não apresentação, pela Montgomery e/ou pela OTP, até 25 (vinte e cinco) Dias Úteis antes da data de vencimento da Carta de Fiança OTP e/ou de quaisquer cartas de fiança que a prorrogue e/ou a substitua, nova(s) carta(s) de fiança de instituição financeira de primeira linha para garantir as obrigações previstas nas Debêntures da 4ª Série até a Data de Vencimento contendo substancialmente os mesmos termos previstos na Carta de Fiança OTP, incluindo, mas não se limitando, aos termos e condições estabelecidos na Cláusula 5.5 acima, e prazos compatíveis com a prorrogação pretendida ("Evento de Inadimplemento da 4ª Série").

8.2.1. Na ocorrência do Evento de Inadimplemento da 4ª Série, a Montgomery e/ou a OTP deverá exercer o Mecanismo de Saída única e exclusivamente em relação às Debêntures da 4ª Série, nos termos e prazos estabelecidos nas Cláusulas 8.1.1 e 8.1.3 acima, sendo certo que a ocorrência de tal Evento de Inadimplemento da 4ª Série não afetará qualquer das outras Séries da Emissão. As Partes concordam que o Evento de Inadimplemento da 4ª Série não será considerado, para quaisquer fins, Evento de Inadimplemento da Emissora ou descumprimento de qualquer obrigação da Emissora nos termos da presente Escritura, exceto para fins únicos e exclusivos desta Cláusula 8.2.

8.2.2. Somente na hipótese de não cumprimento da obrigação de compra das Debêntures da 4ª Série pela Montgomery e/ou pela OTP, nos termos do Mecanismo de Saída previsto nesta Cláusula 8.2, e caso a opção de compra das Debêntures da 4ª Série não seja exercida pelos demais Intervenientes Garantidores nos termos da Cláusula 8.1.4 acima, os Debenturistas da 4ª Série poderão, após o decurso de qualquer prazo

2 30

DUCE SP  
07 04 16

de cura estabelecido no âmbito desta Escritura, declarar o vencimento antecipado das Debêntures da 4ª Série, única e exclusivamente para exigir o cumprimento da Garantia da 4ª Série, de acordo com os termos e condições previstas na Cláusula 5.6 desta Escritura. Na hipótese da decretação do vencimento antecipado das Debêntures da 4ª Série, a Emissora terá 1 (um) Dia Útil para efetuar o pagamento do valor devido e, transcorrido este prazo, sem prejuízo dos encargos moratórios, os Debenturistas da 4ª Série poderão exigir da instituição financeira emitente da Carta de Fiança OTP o pagamento do Valor Garantido da 4ª Série, observada a Condição Adicional de Subordinação (conforme definido na Cláusula XII abaixo) e os prazos previstos na Cláusula V acima, sendo certo que o vencimento antecipado não afetará a Condição Adicional de Subordinação e que eventuais pagamentos decorrentes da Carta de Fiança OTP serão realizados nos termos e condições estabelecidos na Carta de Fiança OTP. Para que não haja dúvidas, as Partes concordam que o vencimento antecipado das Debêntures da 4ª Série nos termos previstos nesta Cláusula 8.2 não resultará em vencimento antecipado das Debêntures das demais Séries.

8.2.3. Para todos fins e efeitos, a Cláusula 8.1.10 acima deverá ser observada quando da ocorrência de exercício do Mecanismo de Saída em relação às Debêntures da 4ª Série nos termos desta Cláusula 8.2.

## **CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **9.1. Nomeação**

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia agente fiduciário dos debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos titulares das Debêntures.

### **9.2. Declaração**

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

2 1 31 11 0

DUCESP  
07 04 16

- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (l) com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto no artigo 12, alínea k, da Instrução CVM 28, seguem abaixo os dados relativos às emissões de debêntures feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário: (i) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da CCR, no valor total de R\$520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais), com a emissão de 52.000 (cinquenta e dois mil) debêntures em 25 de abril de 2013, sendo que a data de vencimento das debêntures é 25 de abril de 2016. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão; e (ii) 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da CCR, no valor total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com a emissão de 20.000 (vinte mil) debêntures, com data de emissão em 15 de outubro de 2013 e vencimento em 15 de outubro de 2015, no caso da primeira série, e 15 de outubro de 2016, no caso da segunda série. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.



JUCESP  
07 04 16

### 9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD (conforme definido abaixo) para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias corridos para a primeira convocação e 8 (oito) dias corridos para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação da AGD, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD (conforme definido abaixo).

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

206

2 R M  
b OT  
33  
A

DUCE SP  
07 04 16

#### 9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e dos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) comparecer à AGD (conforme definido abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

DUCE SP  
07 04 16

k.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;

k.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

k.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

k.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

k.5) resgate, amortização, e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

k.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

k.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula X;

k.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

k.9) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.

(l) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "k" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

l.1) na sede da Emissora;

l.2) no seu escritório;

l.3) na CETIP; e

l.4) no endereço do Coordenador da colocação das Debêntures.

(m) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (l) acima;

2 R M 35  
J P. H  
On

DUCE SP

07 04 16

(n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;

(o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP;

(q) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula VIII e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de quaisquer dos referidos eventos; e

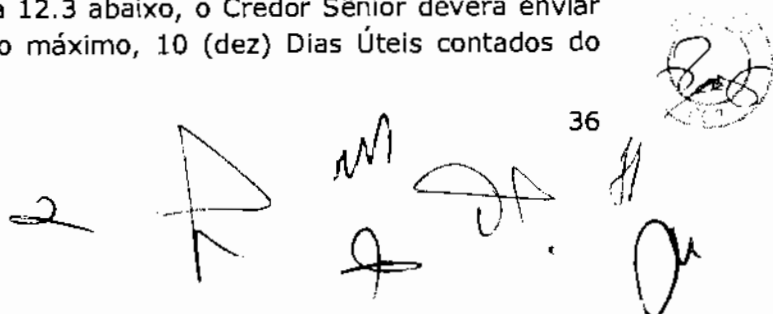
(r) disponibilizar o Valor Nominal Unitário e a Remuneração das Debêntures, a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do seu *website*.

#### **9.5. Obrigações perante o Credor Sênior**

9.5.1. Sem prejuízo das demais obrigações constantes desta Escritura, o Agente Fiduciário, independentemente de qualquer autorização, instrução ou anuência prévia dos Debenturistas, deverá:

(i) assim que tiver conhecimento, prontamente notificar o Credor Sênior sobre a ocorrência de qualquer ato, fato ou evento que enseje o Mecanismo de Saída ou a ocorrência de um Evento de Inadimplemento da Emissora, após o término do prazo de cura, caso aplicável;

(ii) nos termos da Cláusula 12.3 desta Escritura, verificar a obtenção da prévia e expressa anuência do Credor Sênior, conforme o modelo de autorização previsto no Anexo II à presente Escritura, para a realização, pela Emissora, de todo e qualquer pagamento relacionado às Debêntures, inclusive para o fim de confirmar o atendimento à Condição Adicional de Subordinação, sendo que caso referido pagamento seja requerido nos termos (a) das hipóteses previstas nos itens (i) e (ii) da Cláusula 12.3 abaixo, o Credor Sênior deverá enviar sua manifestação a este respeito em, no máximo, 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do pedido enviado pela Emissora nesse sentido, sendo que na ausência de manifestação do Credor Sênior nesse prazo, o Agente Fiduciário deverá considerar o pagamento autorizado pelo IDB; e (b) nas hipóteses previstas nos itens (iii) e (iv) da Cláusula 12.3 abaixo, o Credor Sênior deverá enviar sua manifestação a este respeito em, no máximo, 10 (dez) Dias Úteis contados do



DUCE SP  
07 04 16

recebimento do pedido enviado pela Emissora nesse sentido, desde que o Credor Sênior tenha recebido todos os documentos e informações e obtido todas as aprovações necessárias, conforme o caso, para manifestar-se nos termos desse item (b), restando claro que, em qualquer caso aqui previsto, será considerada obtida a anuência prévia e expressa do Credor Sênior apenas após manifestação formal do Credor Sênior nesse sentido; e


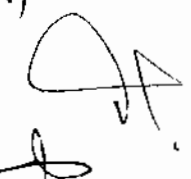

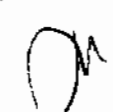
(iii) obter anuência do Credor Sênior quanto à alteração dos termos ou condições estabelecidos nas Cláusulas 4.6, 4.7, 4.9 (apenas em hipótese de redução do prazo das Debêntures), 4.12, 4.13, 4.23, V, VI, VIII, XII desta Escritura e nesta Cláusula 9.5. Para tanto, o Agente Fiduciário se compromete a enviar um pedido de autorização ao Credor Sênior, conforme o modelo de pedido de autorização previsto no Anexo III à presente Escritura, contendo minuta do Aditamento que se pretende firmar, observado que o Credor Sênior deverá se manifestar a respeito da alteração da Escritura em, no máximo, 10 (dez) Dias Úteis, contados da data em que receber o pedido de autorização do Agente Fiduciário. O Credor Sênior poderá se manifestar após o prazo mencionado, caso não tenha recebido todos os documentos e informações solicitadas, ou, não tenha obtido todas as aprovações necessárias, conforme o caso. Uma vez aprovada a alteração da Escritura nos termos previstos nesse item, o IDB se compromete a firmar o Aditamento que formalizar a referida alteração em, no máximo, 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pelo IDB, da versão final de assinatura do Aditamento aprovado em AGD, que deverá estar substancialmente de acordo com minuta de Aditamento aprovada pelo IDB. Fica estabelecido que todas as demais alterações à Escritura não dependerão de aprovação prévia do Credor Sênior, sendo que o Credor Sênior deverá formalizar o respectivo Aditamento no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados do recebimento pelo IDB da versão final de assinatura do Aditamento, independente de pedido de autorização prévio; e

(iv) obter anuência do Credor Sênior quanto ao início ou ajuizamento de qualquer ação, processo, procedimento ou medida, de qualquer natureza, em face da Emissora, com vistas a cobrar dela quaisquer valores decorrentes da Emissão, sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.1.6. acima e da Condição Adicional de Subordinação.

## **9.6. Atribuições Específicas**

9.6.1. Respeitada a Condição Adicional de Subordinação prevista na Cláusula XII abaixo, o Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplemento pecuniário em relação às Debêntures:

a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures da 1ª Série e/ou as Debêntures da 2ª Série e/ou as Debêntures da 3ª Série e/ou as Debêntures da 4ª Série, conforme aplicável, e cobrar seu principal e acessórios apenas para fins exclusivos de execução judicial das Garantias prestadas pelos Intervenientes Garantidores, conforme o caso, em benefício da Emissora para assegurar os pagamentos devidos, respeitados os períodos de cura previstos nesta Escritura;

2   37  

DUCESP  
07 04 18

b) tomar qualquer providência necessária perante os Intervinentes Garantidores aplicáveis para a realização dos créditos dos Debenturistas, inclusive exigir dos Intervinentes Garantidores aplicáveis o cumprimento da Garantia aplicável antes de declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, na hipótese de inadimplemento da Emissora, de acordo com os termos previstos nesta Escritura; e

c) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na alínea (a) e (b) da Cláusula 9.6.1., se convocada a AGD (conforme definido abaixo), esta assim o autorizar por deliberação de titulares representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (c) da Cláusula 9.6.1.

9.6.3 O Agente Fiduciário fica, desde já, autorizado a assinar o Aditamento a esta Escritura, no caso de alteração da composição societária da Emissora, nos termos previstos no item (vi) da Cláusula 8.1, acima, que resulte na transferência de participação acionária da Emissora, entre os acionistas da Emissora ou entre empresas do grupo econômico de cada acionista da Emissora, em até 10 (dez) Dias Úteis da formalização da reestruturação societária acima mencionada, observado que o Agente Fiduciário e os Debenturistas deverão ser comunicados da referida alteração no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua formalização.

9.6.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

9.6.5 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

DUCESP  
07 04 16

9.6.6 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, conforme previsto na Cláusula X abaixo, desde que não tenham sido previamente aprovados nos termos desta Escritura.

9.6.7 Tendo em vista que a Carta de Garantia Mitsui será regida pela legislação japonesa, fica desde já certo e ajustado que a subscrição, integralização e/ou aquisição das Debêntures da 2ª Série pelo respectivo Debenturista importará na ciência e no consentimento por parte de tal Debenturista com relação à necessidade de excussão da referida garantia, pela regência da lei japonesa. Assim, renuncia o Debenturista a quaisquer reclamações, ações e/ou questionamentos perante o Agente Fiduciário (quer seja em âmbito judicial, administrativo ou outro), bem como a qualquer prejuízo que lhe for causado pela não adoção da excussão da Carta de Garantia da Mitsui pelas leis brasileiras no território nacional. Ao adquirir as Debêntures da 2ª Série, os Debenturistas automaticamente se declaram cientes e de acordo com todos os riscos envolvidos na adoção deste procedimento, isentando o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade em relação ao referido fato.

#### **9.7. Remuneração do Agente Fiduciário**

9.7.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga pela Emissora da seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até a Data de Vencimento, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
- (b) As parcelas relativas à remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos impostos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração;
- (c) As parcelas citadas na alínea(a) da presente cláusula serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro

JUCESP  
07 04 16

pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;

- (d) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*; e
- (e) O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

#### 9.8. Despesas

9.8.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e usuais que, comprovadamente, tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que, sempre que possível, previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora.

9.8.2. O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.8.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.8.4. As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura,



40

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



DUCE SP  
07 04 16

e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

- (b) extração de certidões;
- (c) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (d) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão;
- (e) despesas ou indenizações eventualmente pagas necessárias para a constituição das garantias previstas na Cláusula 5.3;
- (f) locomoções entre Estados da Federação, alimentação, transportes e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (g) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (h) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

#### **CLÁUSULA X**

##### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas" ou "AGD") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

##### **10.1. Convocação**

10.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2, ou pela CVM.

10.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência

41

DUCESP  
07 04 16

legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, e quando aplicável, perante os Intervenientes Garantidores, e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.1.5 Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

10.1.6 Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

## **10.2. Quorum de Instalação**

10.2.1 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a metade das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas.

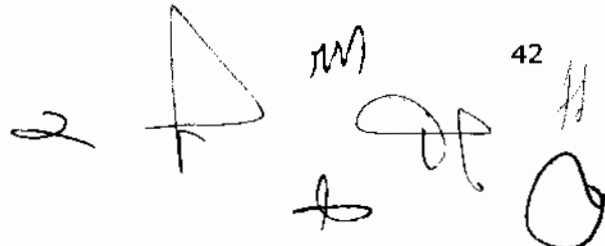
## **10.3. Mesa Diretora**

10.3.1 A presidência da AGD caberá ao Debenturista ou ao seu representante eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

## **10.4. Quorum de Deliberação**

10.4.1 Exceto se disposto de forma diversa nesta Escritura, quaisquer deliberações, incluindo de alteração nas cláusulas ou condições aqui previstas (x) comum a todas as Séries de Debêntures, serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação mais 1 (uma) Debênture em Circulação; e (y) específica à cada Série de Debêntures, serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures

2 11 42 11



DUCESP  
07 04 16

em Circulação da respectiva Série mais 1 (uma) Debênture em Circulação da respectiva Série.

10.4.2 Qualquer renúncia ou perdão temporário à declaração de vencimento antecipado das Debêntures em decorrência de Eventos de Inadimplemento da Emissora e qualquer alteração das cláusulas ou condições de vencimento antecipado das Debêntures em decorrência de Eventos de Inadimplemento da Emissora, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.4.3 As alterações de prazos, valor e forma das Debêntures, a redução da Remuneração, bem como a amortização e/ou resgate (além do previsto nesta Escritura) dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.3.1 No caso de alterações de prazos, valor e forma das Debêntures de uma Série específica, a redução da sua remuneração, bem como a amortização e/ou resgate (além do previsto nesta Escritura), tais alterações dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da Série cuja alteração está sendo discutida.

**CLÁUSULA XI**  
**DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS INTERVENIENTES**  
**GARANTIDORES**

11.1. A Emissora declara e garante que:

(a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios;

(b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, salvo em relação ao Financiamento Sênior, cuja anuência para a celebração desta Escritura já foi obtida; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

(d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora, salvo em relação ao Financiamento Sênior, cuja anuência para a celebração desta Escritura já foi obtida;

DUCE SP  
07 04 16

(e) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

(f) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora ou cujo descumprimento não impacte a capacidade da Emissora de cumprir as suas obrigações previstas nesta Escritura; e

(g) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

11.2. Cada Interveniente Garantidor, conforme aplicável, declara e garante em relação a si, que:

(a) a CCR, a Montgomery, a RuasInvest e a OTP são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedades anônimas, de acordo com as leis brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzir os seus negócios;

(b) a Mitsui é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis japonesas e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios;

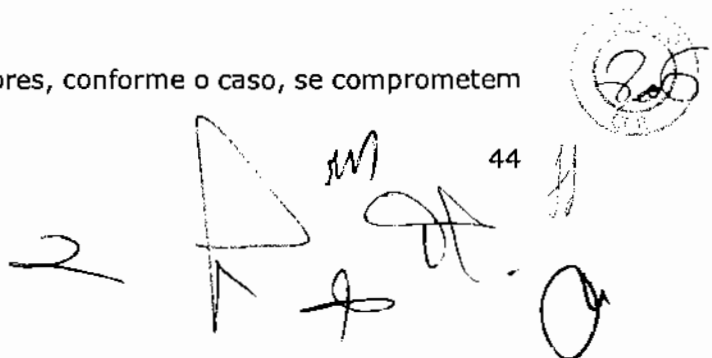
(c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(d) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual o Interveniente Garantidor aplicável seja parte, nem irão resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem do Interveniente Garantidor aplicável, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; e

(e) esta Escritura e as obrigações de cada Interveniente Garantidor aqui previstas, incluindo, mas não se limitando a, obrigações referentes ao Mecanismo de Saída e à Condição Adicional de Subordinação, constituem obrigações válidas e exigíveis perante cada Interveniente Garantidor de acordo com os seus termos e condições.

11.3. A Emissora e os Intervenientes Garantidores, conforme o caso, se comprometem

2 44 11

The bottom right of the page contains several handwritten signatures and a circular stamp. There is a large, stylized signature that looks like a 'P' or 'R' with a long horizontal stroke. To its right is a smaller signature. Further right is a circular stamp with some illegible text inside. Below these are several other smaller signatures and marks, including a large 'O' shape.

DUCEAP  
07 04 16

a notificar em até 10 (dez) Dias Úteis os Debênturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, por atos ou fatos ocorridos antes da celebração desta Escritura, que venham a ser constatados, pela Emissora, após a data de celebração desta Escritura.

## **CLÁUSULA XII**

### **CONDIÇÃO ADICIONAL DE SUBORDINAÇÃO**

12.1. As Debêntures estarão subordinadas ao Financiamento Sênior ("Condição Adicional de Subordinação"), conforme termos e condições estabelecidos nesta Cláusula XII.

12.2. Subordinação. As Partes reconhecem e concordam que o pagamento, pela Emissora, de quaisquer valores referentes às Debêntures de qualquer Série da presente Emissão será, conforme previsto nesta Escritura, subordinado, júnior e sujeito ao pagamento prévio do valor total das obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior, exceto na hipótese prevista na Cláusula 12.3 abaixo.

12.2.1. Exceto conforme autorizado nesta Cláusula XII, notadamente conforme previsto na Cláusula 12.3 abaixo, enquanto não houver confirmação da quitação, pelo Credor Sênior, referente à totalidade das obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior, nenhum pagamento nos termos desta Escritura será realizado pela Emissora em favor dos Debenturistas, seja em dinheiro ou por meio de compensação, dação em pagamento, entrega de bens, direitos ou propriedades ou qualquer outro, a fim de pagar, remunerar, quitar ou extinguir quaisquer obrigações decorrentes da presente Emissão.

12.2.2. As Partes e o IDB desde já reconhecem e concordam que, após o pagamento integral do Financiamento Sênior pela Emissora nos termos do Contrato de Financiamento, conforme o Credor Sênior venha a confirmar nos termos do Contrato de Financiamento, o crédito contra a Emissora a que os Debenturistas fazem jus nos termos desta Escritura deixará de pleno direito, e independentemente de qualquer notificação ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, de ser subordinado ao Financiamento Sênior.

12.3. Observadas as demais condições estabelecidas nesta Cláusula XII, independentemente do exercício do Mecanismo de Saída, por quaisquer dos Intervenientes Garantidores, e/ou de quaisquer das Garantias serem anuladas ou, de qualquer forma, deixarem de existir ou serem rescindidas, nos termos desta Escritura, os pagamentos de quaisquer valores relativos às Debêntures de qualquer Série da Emissão (incluindo amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento da Remuneração), ainda que tais pagamentos resultem de (a) vencimento antecipado das Debêntures; ou (b) resgate antecipado, amortização parcial facultativa e/ou aquisição facultativa nos termos das Cláusulas 4.11.4 e/ou VI acima, conforme o caso, somente serão realizados pela Emissora, conforme o Credor Sênior previamente autorizar por

DUCEP  
07 04 16

escrito para a Emissora, nos termos da Cláusula 9.5.1 (ii) acima, e esta informar o Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 9.5.1 (ii) acima ou na medida em que (i) tal pagamento esteja permitido nos termos do Contrato de Financiamento; ou (ii) os Intervenientes Garantidores, em conjunto ou individualmente, realizem aportes ou transferências de recursos em favor da Emissora destinados à quitação da dívida decorrente da presente Emissão; ou (iii) a Emissora obtenha financiamento cuja destinação seja a quitação da dívida decorrente da presente Emissão, sendo certo que qualquer financiamento com tal destinação somente poderá ser obtido e efetivamente utilizado para o pagamento da dívida decorrente da presente Emissão, se previamente aprovado pelo Credor Sênior; ou (iv) o Credor Sênior formalmente autorize a Emissora a realizar pagamentos de forma diversa da prevista nesta Cláusula XII. Caso nenhuma das condições previstas nos itens (i) a (iv) acima sejam atendidas, a Emissora não realizará qualquer pagamento relacionado a presente Emissão.

12.4. Até a data em que o Credor Sênior der quitação referente a todas as obrigações devidas pela Emissora ao Credor Sênior, no âmbito do Contrato de Financiamento, inclusive as decorrentes de vencimento antecipado do Financiamento Sênior ("Data de Quitação"), não serão:

- (i) celebrados, pelo Agente Fiduciário, pelos Debenturistas, pela Emissora ou pelos Intervenientes Garantidores, quaisquer acordos ou contratos que possam impedir, restringir, limitar ou de qualquer forma prejudicar o pleno exercício dos direitos do Credor Sênior previstos nesta Escritura, incluindo, sem limitar, a validade e exequibilidade das garantias outorgadas ao Credor Sênior no âmbito do Financiamento Sênior e os direitos e prerrogativas do Credor Sênior em razão da subordinação ora estabelecida;
- (ii) declarados vencidos, por quaisquer motivos, quaisquer valores pagáveis pela Emissora, exceto se para exigir, única e exclusivamente, o cumprimento das Garantias, de acordo com os termos e condições estabelecidos na Cláusula 8.1.5;
- (iii) tomadas, pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, no âmbito da Emissão, qualquer medida, judicial ou não, para executar a cobrança de quaisquer valores devidos no âmbito da Emissão, exceto se de acordo com os termos e condições estabelecidos nesta Escritura, em especial qualquer medida, judicial ou não, para executar a cobrança de quaisquer valores devidos no âmbito da Emissão diretamente de quaisquer dos Intervenientes Garantidores; e
- (iv) requeridos, demandados, processados ou tomados da Emissora, pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas (podendo, contudo, se em conformidade com os termos e condições desta Escritura, serem requeridos, demandados, processados ou tomados dos Intervenientes Garantidores e/ou instituições financeiras emissoras das Cartas de Fiança,

DUCE SP

07 04 16

conforme aplicável), quaisquer valores relacionados à Emissão, seja por meio de compensação, pagamento direto ou outro, ou requerida a penhora de qualquer bem ou direito que tenha sido dado em garantia ao Credor Sênior no âmbito do Financiamento Sênior, salvo com o prévio e expresso consentimento por escrito do Credor Sênior.

12.4.1. Em razão da Cláusula 12.4 acima, até a Data de Quitação, todas e quaisquer dívidas relacionadas a presente Emissão vencidas e não pagas pela Emissora poderão ser cobradas, nos termos e condições desta Escritura, única e exclusivamente em face dos Intervenientes Garantidores, conforme as garantias prestadas pelo respectivo Interveniente Garantidor, incluindo as Cartas de Fiança, no âmbito de cada uma das Séries da presente Emissão. Até a Data de Quitação, não poderão ser exigidos da Emissora quaisquer valores decorrentes da presente Emissão, sendo certo que os Debenturistas poderão declarar o vencimento antecipado das Debêntures da respectiva Série cujo Mecanismo de Saída não foram adimplidos para exigir o cumprimento da Garantia das Debêntures da respectiva Série, mantida, em qualquer hipótese, a Condição Adicional de Subordinação.

12.5. Procedimentos Especiais no Caso de Falência, Reorganização, etc. No caso de, em relação à Emissora, (a) extinção, liquidação ou dissolução, (b) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de deferimento do processamento, decretação de falência, pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal ou pedido de autofalência, ou adjudicação, assim como (c) designação de administrador judicial em relação à Emissora; (d) processo de intervenção ou procedimentos similares, renegociação de dívidas, acordo com credores ou venda de parte relevante dos bens, direitos e/ou propriedades da Emissora ou (e) a ocorrência de quaisquer outros eventos que, nos termos da legislação aplicável, tenha efeitos análogos aos efeitos de falência, insolvência ou liquidação (i) todas as obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior serão pagas em sua integralidade ao Credor Sênior (ou a quem este designar) antes do pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas no âmbito da presente Emissão, ficando desde já ressalvado e expressamente acordado entre as Partes que qualquer valor devido aos Debenturistas no âmbito da presente Emissão será considerado crédito subordinado, porém a referida subordinação se dará exclusivamente à liquidação integral das obrigações do Financiamento Sênior, de maneira que, uma vez liquidadas integralmente as obrigações do Financiamento Sênior, os Debenturistas concorrerão *pari passu* com todas as demais obrigações da mesma natureza da Emissora, notadamente em eventual concurso de credores a ser futura e eventualmente instituído em virtude de um procedimento de insolvência; e (ii) quaisquer pagamentos, dações, transmissão e/ou distribuição de bens e/ou direitos da Emissora que seriam devidos aos Debenturistas, se as Debêntures não fossem subordinadas de acordo com os termos aqui estabelecidos, deverão ser feitos pelo administrador, liquidante, cessionário ou administrador ou outra pessoa responsável por fazer tal pagamento ou distribuição, diretamente ao Credor Sênior (ou a quem este designar), para pagamento de todas as obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior. O Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, deverá tomar todas as medidas que se façam necessárias para este fim, inclusive por meio de

27 47 H

DUCESP  
07 04 16

manifestação junto ao administrador, liquidante, agente ou outra pessoa responsável, conforme o caso, de que todos os pagamentos deverão ser realizados na forma que o Credor Sênior instruir, além das medidas que se façam necessárias para que o Mecanismo de Saída seja observado pelos Intervenientes Garantidores, bem como a excussão da Garantia prevista nesta Escritura.

12.6. Pagamentos Recebidos em decorrência desta Escritura. Se, por qualquer razão, a Emissora realizar qualquer pagamento aos Debenturistas, ou os Debenturistas receberem qualquer pagamento da Emissora, de qualquer natureza, seja tal pagamento total ou parcial, relacionado às Debêntures e em desacordo com os termos e condições aqui estabelecidos (inclusive sem a autorização, aprovação ou anuência do Credor Sênior, quando exigida), o Debenturista em questão, assim que informado pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou pelo Credor Sênior, deverá (a) reter quaisquer destes pagamentos, o fruto ou o montante correspondente a estes pagamentos, em garantia e em favor do Credor Sênior, sem a possibilidade de compensá-los em razão de quaisquer valores devidos pela Emissora a qualquer título, (b) prontamente (não mais do que 5 (cinco) Dias Úteis após o seu recebimento) pagar, transferir, ceder, endossar ou entregar o fruto de tal pagamento ao Credor Sênior ou a qualquer terceiro indicado pelo Credor Sênior, sendo certo que os Debenturistas não incorrerão em qualquer ônus adicional em decorrência do cumprimento desta obrigação.

12.7. Subordinação de Ônus. Sem limitação de quaisquer outras disposições desta Cláusula XII, todos e quaisquer ônus ou gravames, atuais ou futuros, que garantam ou favoreçam (ou possam garantir ou favorecer) as Debêntures, seja em razão da legislação aplicável ou da presente Escritura, estão por meio desta Cláusula XII expressamente subordinados aos ônus, direitos de garantia, gravames e cessões, atuais ou futuros, que garantam ou favoreçam (ou possam garantir ou favorecer) as obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior. Não serão criados, no âmbito da presente Emissão, quaisquer ônus ou gravames sobre os bens e direitos da Emissora ou sobre as ações de emissão da Emissora, sem a expressa e prévia autorização do Credor Sênior, sob pena da ineficácia de tal ato perante o Credor Sênior, sem prejuízo do fato de que a criação de tais ônus ou gravames constituirá evento de inadimplemento no âmbito do Contrato de Financiamento.

12.8. Pagamentos pelos Intervenientes Garantidores. Caso quaisquer dos Intervenientes Garantidores realizem qualquer pagamento relacionado às Debêntures (inclusive pagamentos aos emissores das Cartas de Fiança em decorrência da excussão das garantias prestadas no âmbito de tais Cartas de Fiança) ou adquiram uma ou mais Debêntures, inclusive se em decorrência do Mecanismo de Saída, conforme estabelecido na presente Escritura, tal Interveniente Garantidor passará, automaticamente e para todos os fins, inclusive desta Cláusula XII, a ser considerado um credor subordinado em relação a qualquer direito decorrente de sub-rogação ou não perante a Emissora, sujeitando-se, integralmente, a todos os termos e condições aqui estabelecidos.

12.8.1. Como consequência do disposto na Cláusula 12.8 acima, o Interveniente Garantidor que realizar qualquer pagamento relacionado às Debêntures (inclusive



DUCESP

07 04 16

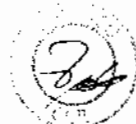
pagamentos aos emissores das Cartas de Fiança em decorrência da excussão das garantias prestadas no âmbito de tais Cartas de Fiança) ou adquirir uma ou mais Debêntures, inclusive se em decorrência do Mecanismo de Saída, será considerado um credor subordinado em relação ao Credor Sênior, para os fins do Financiamento Sênior e de acordo com os respectivos termos e condições. Sendo assim, todos os termos e condições previstas no âmbito do Financiamento Sênior, com relação a um credor subordinado perante o Credor Sênior, serão aplicáveis ao Interviente Garantidor que realizar qualquer pagamento relacionado às Debêntures ou adquirir uma ou mais Debênture, incluindo a obrigação de ceder os respectivos créditos ao Credor Sênior em garantia das obrigações da Emissora devidas ao Credor Sênior sob o Financiamento Sênior.

12.9. Pagamentos pelos garantidores das Cartas de Fiança. Caso quaisquer dos Intervientes Garantidores responsáveis pela contratação das Cartas de Fiança realizem qualquer pagamento relacionado às Debêntures, tal Interviente Garantidor passará, automaticamente e para todos os fins, inclusive desta Cláusula XII, a ser considerado um credor subordinado em relação a qualquer direito decorrente de sub-rogação perante a Emissora, sujeitando-se, integralmente, a todos os termos e condições aqui estabelecidos.

12.10. A Condição Adicional de Subordinação, conforme estabelecida nesta Cláusula XII, vinculará tanto os Debenturistas que subscreverem as Debêntures no mercado primário, quanto aqueles que venham a, de qualquer forma, ser titulares das Debêntures, seja por meio de aquisição, transferência ou cessão.

12.11. Fica estabelecido que, independentemente de notificação, da ciência ou do consentimento do Agente Fiduciário, o Credor Sênior poderá renunciar, total ou parcialmente, quaisquer demandas ou ações para pagamento de quaisquer obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior, bem como, poderá, de tempos em tempos, total ou parcialmente, renovar, estender, modificar, aumentar, renunciar, ou de qualquer outra forma alterar quaisquer obrigações da Emissora devidas no âmbito do Financiamento Sênior, de acordo com os termos do Contrato de Financiamento, incluindo os respectivos termos e condições, sem que isso afete, restrinja ou desvincule, de qualquer forma, os termos e condições desta Escritura, incluindo a Condição Adicional de Subordinação e/ou as Garantias. Da mesma forma, os termos e condições desta Escritura não serão de qualquer forma afetados ou restringidos, na hipótese de haver qualquer questionamento de qualquer pagamento feito pela Emissora ao Credor Sênior sob o Financiamento Sênior, devendo a presente Escritura continuar a produzir efeitos entre as Partes e o IDB.

12.11.1. Em vista do disposto na Cláusula 12.11 acima, fica estabelecida a renúncia, por todo e qualquer Debenturista, a qualquer e toda criação, modificação, renovação, extensão ou renegociação de qualquer obrigação estabelecida no âmbito do Financiamento Sênior, perante o Credor Sênior, e a concordância, pelos Debenturistas, ao fato de que tais medidas não afetarão os termos desta Escritura, especialmente no que concerne a esta Cláusula XII.



Handwritten signatures and initials, including a large 'D' and 'P' signature, and the number '49'.

DUCESP  
07 04 16

**CLÁUSULA XIII**  
**DECLARAÇÕES DOS DEBENTURISTAS AO ADQUIRIR AS DEBÊNTURES**

13.1 Ao adquirir as Debêntures, conforme previsto na Cláusula 12.8 acima, cada um dos Debenturistas, individualmente, declara que:

(i) tem bastantes poderes para adquirir Debêntures, nos termos de seus documentos societários e da legislação aplicável, e que tem praticado todos os atos societários necessários para a aquisição das Debêntures;

(ii) as disposições aqui contempladas constituem perante si um direito válido, eficaz e exequível e oponível a quaisquer terceiros;

(ii) obteve quaisquer autorizações necessárias para autorizar a assunção e o cumprimento de quaisquer obrigações objeto da presente Escritura ou requeridas para a validade e exequibilidade desta Escritura, as quais se encontram em pleno vigor quando da aquisição de Debêntures;

(iv) está ciente da existência da Condição Adicional de Subordinação, aceitando integralmente os termos e condições previstas na Cláusula XII desta Escritura; e

(v) é Investidor Qualificado e possui conhecimento sobre o mercado financeiro e de capitais suficiente para que não lhe sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas a investidores não qualificados e/ou a investidores que investem em ofertas públicas de valores mobiliários registradas perante a CVM.

**CLÁUSULA XIV**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1. Comunicações**

14.1.1 Todas as comunicações e notificações a serem fornecidas com base nas disposições desta Escritura deverão ser (i) feitas por escrito e (ii) enviadas tanto por fac-símile, como pelo correio, para os endereços constantes abaixo, ou para qualquer outro endereço que a parte em questão fornecer às demais partes mediante aviso.

**Para a Emissora:**

**Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.**

Rua Heitor dos Prazeres, nº 320

São Paulo, SP

Tel.: (11) 3747-5220

At.: Régio M. N. Fernandes

E-mail: regio.fernandes@viaquatro.com.br



Handwritten signatures and initials, including a large 'M' and a '2'.

DUCESP  
07 04 16

**Para o Agente Fiduciário:**

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (+ 55 21) 3385-4565

Fax: (+ 55 21) 3385-4046

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

**Para o Banco Liquidante:**

**Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

São Paulo, SP

CEP 03084-010

At.: Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 2797-4204

Fax: (11) 2797-3140

e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

**Para o Escriturador:**

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

São Paulo, SP

CEP 04538-132

At.: Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 2797-4204

Fax: (11) 2797-3140

e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. - Mercados Organizados**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-001, São Paulo, SP

Tel.: (+55 11) 3111-1596

Fax: (+55 11) 3111-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

**Para a CCR:**

**CCR S.A.**

Rua Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia

CEP 04551-065, São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 3048-5921

Fax: (+55 11) 3048-5911

At.: Sr. Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

E-mail: diretoria.financeira@grupoccr.com.br

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large 'M' and '2' on the left, and a signature with '51' next to it on the right.

DUCE SP  
07 04 16

**Para a Mitsui:**

**Mitsui & Co. Ltd.**

1-3, Marunouchi 1-chome, Chiyoda-ku

Tóquio, Japão

Tel.: +81-3-3285-4654

Fax: +81-3-3285-9961

At.: TKMTL Section

E-mail: H.Tsuruta@mitsui.com

**Para a Montgomery**

**MONTGOMERY PARTICIPAÇÕES S.A.**

Rua Minas da Prata, 30, 15º Andar, Itaim Bibi

São Paulo - SP

CEP: 04552-080

Tel.: (11) 3096-8177

Fax: (11) 3096-8999

At.: Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz

E-mail: anaruas@caio.com.br

e

Rua Lemos Monteiro, 120, 8º andar, Parte A, Butantã

CEP 05501-050, São Paulo - SP

Tel.: (11) 3045-7983

At.: Marcelo Felberg

E-mail: felberg@odebrecht.com

**Para a RuasInvest:**

**RuasInvest Participações S.A.**

Avenida das Nações Unidas, nº 12.901,

Torre Oeste, 5º andar, Sala 2,

Brooklin Paulista Novo, São Paulo, SP,

CEP: 04.578-000.

Tel.: 11.2148.8002.

Fax: 11.2148.8000.

At.: Sérgio Luiz Pereira de Macedo.

E-mail: sergio.macedo@ruasinvest.com

**Para a OTP:**

**Odebrecht Transport Participações S.A.**

Rua Lemos Monteiro, 120, 8º andar, Parte a, Butantã

CEP 05501-050, São Paulo - SP

Tel.: (11) 3045-7983

At.: Marcelo Felberg

E-mail: felberg@odebrecht.com

DUCE SP  
07 04 16

**Para o Credor Sênior:**

**Inter-American Development Bank**

1300 New York Avenue, N.W.

Washington, D.C. 20577

Fax: +1 (202) 312-4135

At.: IIC, Portfolio Management Unit

E-mail: primailbox@iadb.org

Com cópia para:

**Lobo & de Rizzo Advogados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 12º andar, Itaim Bibi

CEP 04538-132, São Paulo - SP

Tel.: (+55 11) 3702-7089

Fax: (+55 11) 3702-7001

At.: Fabrizio de Oliveira Sasdelli

E-mail: fabrizio.sasdelli@loboderizzo.com.br

14.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou correio eletrônico, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

14.1.3 A mudança de quaisquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado aos demais.

**14.2. Renúncia**

14.2.1 Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, de forma que nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14.2.2 O não exercício ou a demora no exercício, pelo Credor Sênior, de quaisquer direitos decorrentes desta Escritura, diante da ocorrência de qualquer inadimplemento da Emissora com relação a esta Escritura não impedirá o exercício de tal direito ou do respectivo direito de ação e não constituirá renúncia, novação ou concordância com esse inadimplemento ou com outro que venha a ocorrer posteriormente pela Emissora. Nenhum direito do Credor Sênior para executar a Condição Adicional de Subordinação,



53

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large '2' and several stylized signatures.

JUCESP  
07 04 16

conforme disposta nesta Escritura, deverá a qualquer tempo e de qualquer forma ser prejudicado ou afetado por qualquer ato ou falha em agir por parte da Emissora ou por qualquer ato ou falha em agir de quaisquer dos Debenturistas, conforme representados pelo Agente Fiduciário, ou por qualquer inadimplemento da Emissora ou do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com os termos desta Escritura.

#### **14.3. Obrigações Não Prejudicadas**

14.3.1 Nenhuma das restrições contidas nesta Escritura, ou a falta de pagamento de quaisquer valores referentes às Debêntures poderá de qualquer forma prejudicar ou reduzir as obrigações da Emissora estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior, em favor do Credor Sênior, devendo a Emissora efetuar quaisquer pagamentos ao Credor Sênior até as respectivas datas de vencimento, de acordo com os documentos relacionados ao Financiamento Sênior. Não obstante as obrigações previstas nesta Escritura, fica estabelecido que as obrigações decorrentes do Financiamento Sênior não serão alteradas, limitadas ou restritas, de qualquer forma, em razão das disposições desta Escritura.

#### **14.4. Autonomia das Disposições**

14.4.1 Na hipótese de qualquer disposição desta Escritura ser considerada inválida ou inexecutável, ela não afetará as demais disposições aqui contidas, que permanecerão válidas e em pleno vigor, exceto se for demonstrado que as demais disposições não teriam sido estabelecidas pelas partes sem a existência das disposições afetadas. Na hipótese de referida inexecutabilidade ou invalidade, as Partes e o IDB deverão firmar aditivo de forma a proporcionar os mesmos direitos e garantias às Partes e ao IDB, sendo certo que nenhum pagamento referente às Debêntures poderá ser efetuado nesse período sem a anuência por escrito do Credor Sênior.

#### **14.5. Custos de Registro**

14.5.1 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus Aditamentos, bem como dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos respectivos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

#### **14.6. Aditamentos**

14.6.1. Esta Escritura somente poderá ser alterada por meio de Aditamento celebrado entre as Partes e o IDB, o qual também deverá ser arquivado na JUCESP e registrado perante os cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes.

#### **14.7. Cessão pelo Credor Sênior**

14.7.1 O Credor Sênior poderá ceder ou transferir quaisquer dos seus direitos ou obrigações decorrentes, ou posição jurídica ocupada nos termos desta Escritura, com a

54

DUCE SP  
07 04 16

simples comunicação à Emissora, aos Intervenientes Garantidores e ao Agente Fiduciário.

#### **14.8. Cessação da Subordinação**

14.8.1. As Partes e o IDB desde já reconhecem e concordam que, após o pagamento integral do Financiamento Sênior pela Emissora nos termos do Contrato de Financiamento, o crédito contra a Emissora a que os Debenturistas fazem jus nos termos desta Escritura deixará de pleno direito, e independentemente de qualquer notificação ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, de ser subordinado ao Financiamento Sênior.

14.8.2. As Partes desde já reconhecem e concordam que, após o pagamento integral do Financiamento Sênior pela Emissora nos termos do Contrato de Financiamento, o crédito contra a Emissora a que os Debenturistas fazem jus nos termos desta Escritura deixará de pleno direito, e independentemente de qualquer notificação ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, de ser subordinado a qualquer outro endividamento, financiamento e/ou obrigação da Emissora que seja de natureza quirografária, passando então a concorrer *pari passu* com todas as respectivas dívidas, financiamentos e obrigações da Emissora.

14.8.3. Nos termos da Cláusula 14.8.2 acima, exclusivamente após o pagamento integral do Financiamento Sênior pela Emissora nos termos do Contrato de Financiamento, as Debêntures passarão a ser da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar Aditamento a esta Escritura de Emissão, para adequar a espécie das Debêntures, e registrá-lo junto à CETIP, ficando desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação do Aditamento que trata esta cláusula.

#### **14.9. Novação**

14.9.1 A presente Escritura não constitui novação, tampouco modifica quaisquer obrigações da Emissora e dos Intervenientes Garantidores para com o Credor Sênior nos termos de qualquer contrato entre eles celebrados.

#### **14.10. Execução Específica**

14.10.1 Para fins desta Escritura, o Credor Sênior poderá buscar execução específica das obrigações aqui assumidas pela Emissora e pelos Debenturistas, na forma prevista nos artigos 497, 499, 500, 501, 536, 537, 806, 815, 822 e 823 do Código de Processo Civil, a partir de sua entrada em vigor.

#### **14.11. Título Executivo**

MM

2 F 55 H

JUCESP  
07 04 16

14.11.1 A presente Escritura possui força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil, a partir de sua entrada em vigor.

**14.12. Lei Aplicável**

14.12.1 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**14.13. Foro**

14.13.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as Partes e o IDB, certos e ajustados, firmam o presente instrumento, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 31 de março de 2016.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco. seguem  
páginas de assinaturas.]



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large 'A' and a signature that appears to be 'J. A. A.'.



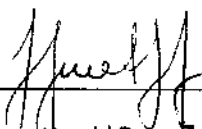
DUCE SP  
07 04 15

*Página de assinaturas 1/9 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.*

**CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.**

Nome:

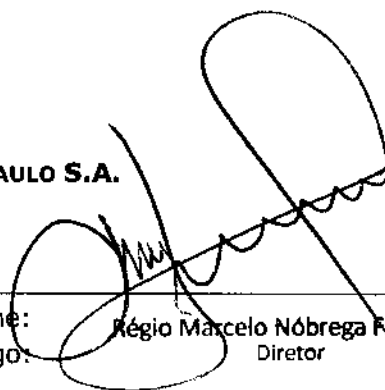
Cargo:



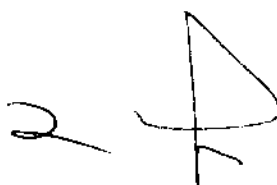
**Harald Peter Zwetkoff**  
Presidente

Nome:

Cargo:



**Régio Marcelo Nóbrega Fernandes**  
Diretor



JUCESP  
07 04 16

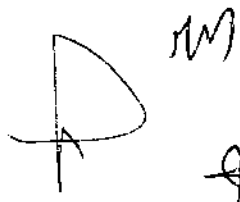
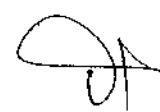

*Página de assinaturas 2/9 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
Nome: **Paulo Luiz Ferrelira**  
Cargo: **Procurador**



H

JUCESP  
07 04 18

Página de assinaturas 3/9 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

CCR S.A.

Nome:

Cargo:

Paulo Yukio Fukuzaki  
Diretor de Planejamento e Controle

Nome:

Cargo:

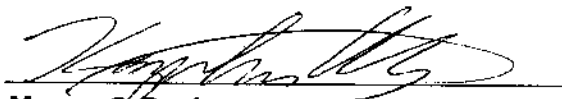
Arthur Piotto Filho  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

JUCESP  
07 04 16

Página de assinaturas 4/9 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.



NETSUI & Co. LTD.

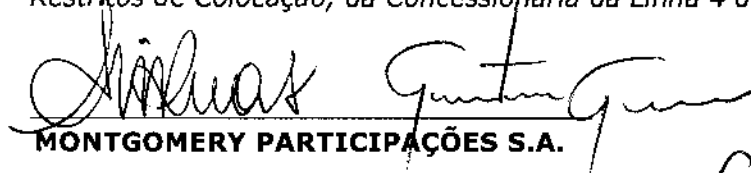
KAVUHISA Ota  
procurador



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large stylized signature and several smaller initials.

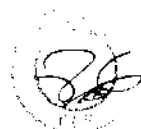
DUCESP  
07 04 18

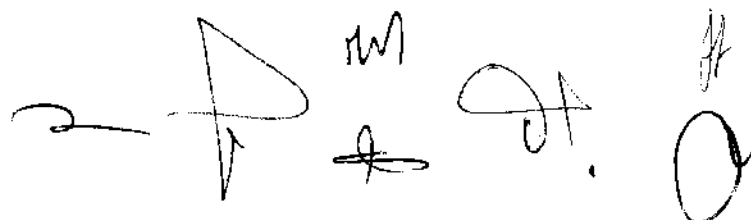
Página de assinaturas 5/9 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

  
MONTGOMERY PARTICIPAÇÕES S.A.

na Lucila Dinis Russ Vaz  
CPF 116 459 908-93

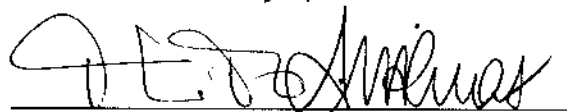
Gustavo Dantas Guerra  
Diretor





DUCESP  
07 04 16

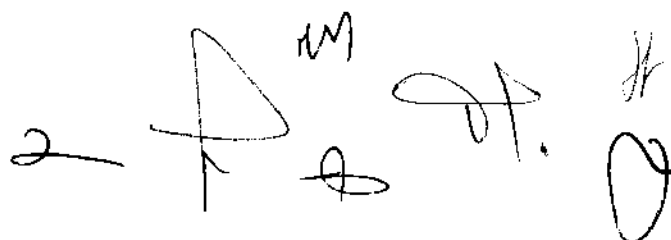
*Página de assinaturas 6/9 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.*



**RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.**

Marcelo Dinis Ruas  
119 072 448-08

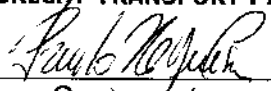

Lucia Dinis Ruas Vaz  
PF 116 459 908-93

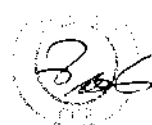


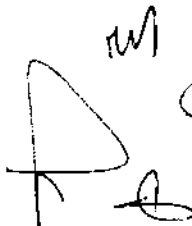
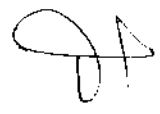
DUCEP  
07 04 16

Página de assinaturas 7/9 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

**ODEBRECHT TRANSPORT PARTICIPAÇÕES S.A.**

	
Nome: Paulo Henrique VUE Gersen	Nome: Marcelo Falcão
Cargo: Diretor	Cargo: Diretor



2   #  
0

*Página de assinaturas 8/9 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.*

Ms. 22

Nome:  
Cargo:

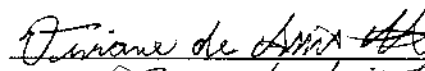
27. 11. 0

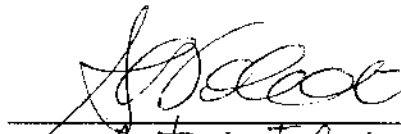


JUCESP  
07 04 16

Página de assinaturas 9/9 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.


TESTEMUNHAS:

  
Nome: Viviane de Almeida Ferreira  
RG: 45.743.361-9

  
Nome: Antonio Toledo  
RG: 26.239.423-6



JUCESP

  
2 R m J. #  
q a

DUCEP  
07 04 16

**Anexo I**

**Modelo de Aditamento à Escritura conforme Cláusula 4.9.2**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE [•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado,

**CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Heitor dos Prazeres, nº 320, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.682.638/0001-07, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Via4");

e, de outro lado,

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário") e em representação da comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente emissão ("Debenturistas");

e, como Intervenientes Garantidores,

**CCR S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CCR");

**MITSUI & CO. LTD.**, sociedade devidamente constituída e organizada de acordo com as leis do Japão, com sede na 1-3, Marunouchi 1-chome, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.466.338/0001-57, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos ("Mitsui");

**MONTGOMERY PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.738.449/0001-09, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Montgomery");

**RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, Torre Oeste, 5º andar, sala 2, Brooklin Paulista Novo, CEP 04578-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.101.196/0001-97, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("RuasInvest");

JUCESP  
07 04 16

**ODEBRECHT TRANSPORT PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, Parte B, Butantã, CEP 05501-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.143.462/0001-11, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("OTP" e, em conjunto com CCR, Mitsui, Montgomery e RuasInvest, os "Intervenientes Garantidores", em conjunto com a Emissora e o Agente Fiduciário, as "Partes" ou, quando referidas individualmente, "Parte");

e, como interveniente,

**INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK**, organização internacional constituída por convenção internacional firmada por seus respectivos países membros, com sede em 1300 New York, N.W., Washington, D.C., Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.389.228/0001-76, neste ato devidamente representada por seus representantes legais abaixo assinados ("Credor Sênior" ou "IDB");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de [•] Aditamento ("Aditamento") ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., datado de 31 de março de 2016, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº [•], em [•] ("Escritura", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), mediante as seguintes cláusulas e condições:

### 1. AUTORIZAÇÃO

1.1 O presente Aditamento é celebrado com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora e na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, ambas realizadas em [•] ("AGE" e "RCA", respectivamente).

### 2. INSCRIÇÃO DO ADITAMENTO E ARQUIVAMENTO DAS ATAS DE AGE E RCA

2.1 Este Aditamento será arquivado na JUCESP. As atas de AGE e de RCA serão arquivadas na JUCESP e serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário Comércio Indústria & Serviços (DCI), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

### 3. RETIFICAÇÕES

3.1 Por meio do presente Aditamento, fica modificada a Cláusula 4.9.1 da Escritura, que passa a ter a seguinte redação:

"4.9.1. As Debêntures terão prazo de [•] ([•]) dias, com vencimento no dia [•] ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das

JUCESP  
07 04 16

*Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 4.3.1 desta Escritura), ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da remuneração de que trata a Cláusula 4.11 abaixo, calculada até a Data de Vencimento."*

#### 4. RATIFICAÇÕES

4.1 Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características, obrigações e condições constantes da Escritura que não tenham sido expressamente alteradas por este Aditamento, incluindo, mas não se limitando a, (i) a Condição Adicional de Subordinação, conforme prevista na Cláusula XII da Escritura, e (ii) as garantias prestadas pelos Intervenientes Garantidores.

#### 5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e o IDB por si e seus sucessores.

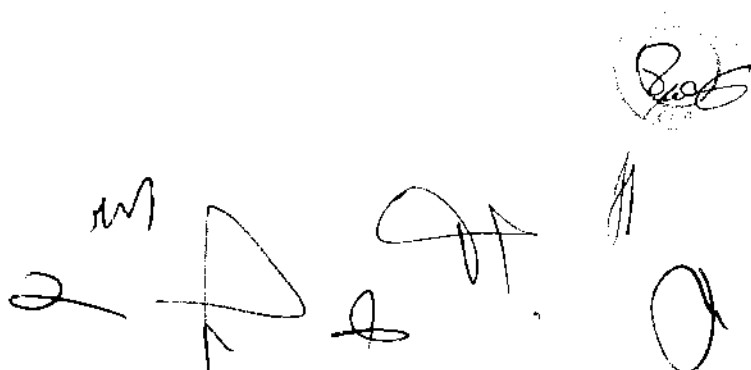
5.2 Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

5.3 Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as Partes e o IDB, certos e ajustados, firmam o presente instrumento, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, [•].

[REstante da página intencionalmente deixado em branco. seguem  
páginas de assinaturas.]

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials. On the right side, there is a circular stamp with a signature inside. Below it, there are several other signatures and initials, including a large 'A' and some less legible marks.

DUCEAP  
07 04 16

*Página de assinaturas 1/2 Instrumento Particular de [.] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços restritos de Colocação, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.*

**CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

**CCR S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

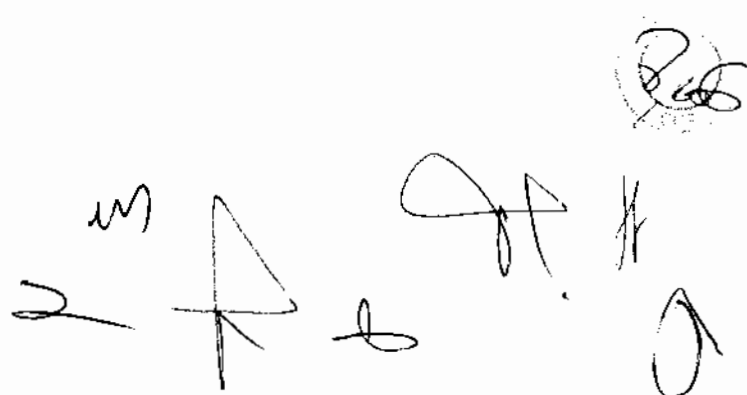
**MTSUI & Co. LTD.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

DUCEAP  
07 04 16

*Página de assinaturas 2/2 Instrumento Particular de [•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços restritos de Colocação, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.*

**MONTGOMERY PARTICIPAÇÕES S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

**RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

**ODEBRECHT TRANSPORT PARTICIPAÇÕES S/A**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

**INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK**

\_\_\_\_\_  
Nome:

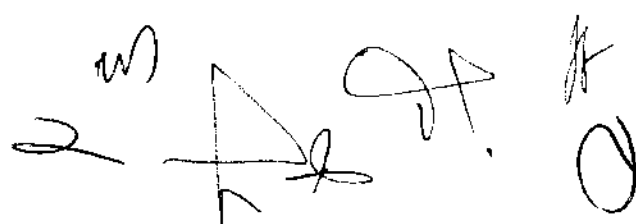
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:



DUCE SP  
07 04 16

RG:

Nome:

RG:



2<sup>m</sup> P. J. #  
O

DUCE SP  
07 04 16

Anexo II

**Modelo de Autorização conforme Cláusula 9.5.1(ii)**

[Local], [Data].

À

**CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A. ("EMISSIONA")**

Rua Heitor dos Prazeres, nº 320

São Paulo, SP

A/C: [•]

C/C:

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("AGENTE FIDUCIÁRIO")**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304

22640-102, Rio de Janeiro - RJ

A/C: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Ref.: Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços restritos de Colocação, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., datado de 31 de março de 2016 ("Escritura")

Prezados Senhores:

Fazemos referência à Escritura e ao pedido encaminhado em [•] pela Emissora ao Inter-American Development Bank ("IDB"), nos termos das Cláusulas 9.5.1(ii) e 12.3 da Escritura ("Pedido"), por meio do qual a Emissora solicitou prévia e expressa anuência do IDB para realizar certos pagamentos relativos às Debêntures, conforme previsto no Pedido, sendo que tais pagamentos serão realizados nos termos do item [(i), (ii), (iii) ou (iv)] da Cláusula 12.3 da Escritura.

Dessa forma, o IDB vem, por meio desta, anuir, em caráter irrevogável e irretratável, com a realização dos pagamentos descritos no Pedido, com base no item [(i), (ii), (iii) ou (iv)] da Cláusula 12.3 da Escritura.

Os termos iniciados em letra maiúscula não definidos nesta notificação terão o significado a eles atribuído na Escritura.

Atenciosamente,

**Inter-American Development Bank**



DUCESP  
07 04 16

**Anexo III**

**Modelo de Pedido de Autorização conforme Cláusula 9.5.1(iii)**

[Local], [Data].

Ao

**Inter-American Development Bank ("IDB")**

1300 New York Avenue, N.W.

Washington, D.C. 20577

Fax: +1 (202) 312-4135

At.: Structured and Corporate Finance Department, Portfolio Management Unit

C/C:

**CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A. ("EMISSIONA")**

Rua Heitor dos Prazeres, nº 320

São Paulo, SP

A/C: [•]

Ref.: Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços restritos de Colocação, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., datado de 31 de março de 2016 ("Escritura")

Prezados Senhores:

Fazemos referência à Cláusula 9.5.1(iii) da Escritura para requerer a V.Sas prévia anuência para a celebração do [•] Aditamento à Escritura, conforme minuta constante no Anexo A ao presente pedido ("Aditamento").

Notamos que o Aditamento versa sobre alteração nas Cláusulas [•], de forma que, nos termos da Cláusula 9.5.1(iii) da Escritura, V.Sas devem se manifestar a respeito desse pedido em, no máximo, 10 (dez) Dias Úteis contados da presente data.

Os termos iniciados em letra maiúscula não definidos nesta notificação terão o significado a eles atribuído na Escritura.

Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a circular stamp on the right.